



# DIÁRIO

# da Assembleia da República

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

## COMISSÃO PERMANENTE

### ACTA DA REUNIÃO DE 29 DE SETEMBRO DE 1988

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Daniel Abílio Ferreira Bastos

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 25 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — O Sr. Deputado António Barreto (PS) alertou a Câmara para os cortes nos orçamentos universitários previstos para 1989 e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Carlos Coelho e Carlos Encarnação (PSD).

A Sr.º Deputada Ilda Figueiredo (PCP) associou-se aos protestos contra o encerramento de linhas de caminho de ferro e a diminuição do número de composições, referiu-se ao congresso dos bombeiros realizado em Barcelos e criticou o novo regime de acesso ao ensino superior. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Carlos Coelho e Mendes Bota (PSD), que também formulou um protesto.

A Sr.ª Deputada Maria Santos (Os Verdes) verberou a posição do Governo no caso do desmantelamento e imersão do navio Reijin.

O Sr. Deputado Nogueira de Brito (CDS) congratulou-se com a intervenção do representante da CEE na Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a situação em Timor Leste e manifestou a sua preocupação pela evolução da política económico-financeira do Governo, no que foi secundado pelo Sr. Deputado Eduardo Pereira (PS).

**Ordem do dia.** — Foi rejeitado o projecto de deliberação n.º 24/V (Os Verdes), que propunha à Comissão Permanente a comparecência do Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais na próxima reunião da Comissão, tendo intervindo os Srs. Deputados Maria Santos (Os Verdes), Mendes Bota (PSD), Marques Júnior (PRD), Jerónimo de Sousa (PCP), Eduardo Pereira (PS) e Nogueira de Brito (CDS).

Foi igualmente rejeitado o pedido do PCP de convocação urgente do Plenário para uma sessão de perguntas ao Governo (n.º 9/V) centrada na política de rendimentos e preços, na taxa de inflação e na execução orçamental de 1988. Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Ilda Figueiredo (PCP), Nogueira de Brito (CDS), Soares Costa (PSD), Jorge Sampaio (PS), Marques Júnior (PRD), Mendes Bota (PSD), Eduardo Pereira (PS), Maia Nunes de Almeida (PCP) e Duarte Lima (PSD), após o que foi aprovado um projecto de deliberação, apresentado pelo CDS, no sentido de convocar a Comissão de Economia e Finanças e Plano a fim de ouvir o Sr. Ministro das Finanças sobre os recentes desenvolvimentos da política económico-financeira.

Entretanto foi aprovado um relatório e parecer da Subcomissão Permanente sobre substituição de um deputado do PCP.

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18 horas.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 15 horas e 25 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu (PS).  
José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP).  
António Alves Marques Júnior (PRD).  
Carlos Miguel Maximiano de A. Coelho (PSD).  
Domingos Duarte Lima (PSD).  
Fernando Dias de Carvalho Conceição (PSD).  
Fernando José Roque Correia Afonso (PSD).  
Fernando Manuel Cardoso Ferreira (PSD).  
Guido Orlando Freitas Rodrigues (PSD).  
Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD).  
José Júlio Vieira Mesquita (PSD).  
José Mendes Bota (PSD).  
Manuel José Dias Soares Costa (PSD).  
Manuel Maria Moreira (PSD).  
Carlos Manuel Sousa Encarnação (PSD).  
Miguel Bento Costa Macedo e Silva (PSD).  
Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD).  
António Poppe Lopes Cardoso (PS).  
José Gameiro dos Santos (PS).  
Eduardo Ribeiro Pereira (PS).  
Jorge Fernando Branco Sampaio (PS).  
António Miguel Moraes Barreto (PS).  
Manuel Alfredo Tito de Moraes (PS).  
Jerónimo Carvalho de Sousa (PCP).  
Maria Ilda Costa Figueiredo (PCP).  
Hermínio Paiva Fernandes Martinho (PRD).  
José Luís Nogueira de Brito (CDS).  
Maria Amélia do Carmo Mota Santos (PEV).

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção no período de antes da ordem do dia, tem a palavra o Sr. Deputado António Barreto.

**O Sr. António Barreto (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No mesmo dia em que era publicada a auspíciosa lei da autonomia das universidades, uma das raríssimas leis importantes aprovadas por unanimidade, nesse mesmo dia, dizia, notícias dos jornais estragavam a festa: as propostas de orçamento para 1989 contrariam frontalmente o espírito da lei de autonomia, ao mesmo tempo que vêm limitar drasticamente as possibilidades de desenvolvimento e modernização do ensino superior universitário. Pouco depois, voz oficial anunciam eufemisticamente cortes e reduções nas dotações de 1989 para a ciência e para a investigação.

Perante estas notícias, confirmadas por vários reitores e directores de facultades, o Partido Socialista quer deixar aqui o seu mais forte protesto e deseja alertar a opinião pública para o que significa esta orientação política do Governo.

Sabemos que ainda há discussões, que o orçamento só será aprovado pelo Governo na próxima semana e pela Assembleia semanas depois. Ainda é possível emendar a mão. Mas a teimosia financeira do Governo deixa poucas esperanças às universidades.

Não esqueçamos, por outro lado, que o orçamento deste ano foi uma autêntica maçã podre. Com o andar dos meses, foi-se vendo o engano, quase direi o logro.

A inflação superior ao previsto, a famigerada dotação concorrencial (só esta retirou às universidades quase meio milhão de contos!) e, em princípio, os dispositivos relativos ao imposto profissional eliminaram praticamente o aumento de recursos e criaram sérias dificuldades, já para 1988. Há responsáveis universitários que falam em crescimento nulo. E foi com base nesta realidade que se programaram aumentos, para 1989, da ordem dos 0% a 3%, sem contar, evidentemente, novos percalços de inflação e novos golpes de mágica das dotações concorrenciais. Dizem-nos alguns dirigentes universitários que agora com a nova lei têm autonomia, sim, mas para estagnar e para definhar.

**Srs. Deputados da maioria:** que se passa com o orçamento universitário? Estão os senhores de acordo com esta tentativa de congelamento? Não vêem que há sérias contradições entre a mão que outorga a autonomia e a mão que nega os recursos?

O Governo, que tanto se gaba de excelentes resultados económicos e financeiros, não pode invocar argumentos de penúria para cortar no ensino superior. É, pois, uma opção política. Mas também revela ignorância de um facto simples da vida: restringir nas universidades não é poupança, é desperdício. A tal ponto que é hoje corrente pensar-se que só poupa na inteligência quem não tem muita.

**Srs. Deputados:** não lhes falo em nome dos interesses universitários, falo-lhes em nome dos interesses dos Portugueses. Não é possível cortar nas universidades, ao mesmo tempo que se invoca repetitivamente o desafio de 1992.

Não é possível consolidar a escolaridade obrigatória de nove anos e mesmo, depois, de onze ou doze, sem o apoio e sem o desenvolvimento das universidades. Não é possível combater o insucesso escolar sem uma participação permanente das universidades. Se o Governo anuncia a duplicação da frequência do ensino superior para muito breve, como pretende fazê-lo sem as dotações necessárias? Será com a universidade aberta, projecto teoricamente louvável, que nós próprios propusemos há anos, mas cuja desnaturação receamos?

**Srs. Deputados:** as falsas economias de hoje são o *numerus clausus* de amanhã.

O congelamento que o Governo defende impede a universidade de se desenvolver, de se democratizar, de planear, de pôr em prática uma estratégia a médio e longo prazo, de melhorar a qualidade do seu ensino e da investigação ...

Só me resta uma conclusão: o Governo decidiu exercer represálias sobre a universidade, por causa da autonomia que lhe concedemos e que ela conquistou. Será isto que a maioria pretende?

*Aplausos do PS, do PRD e de Os Verdes.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Sr. Deputado António Barreto, a páginas tantas V. Ex.<sup>a</sup> disse que quem tem pouca inteligência provavelmente quererá poupar-lá. Espero que a *contrario sensu* não digamos que quem tem muita deve desperdiçá-la e espero que o Sr. Deputado António Barreto não tenha desperdiçado a sua — que é muita, como todos reconhecemos — nessa sua intervenção.

*Risos do PSD.*

A questão de fundo que a sua intervenção coloca é, de certa forma, a antecipação do debate do Orçamento do Estado. Não vou fazê-lo aqui, até porque, provavelmente, estarei menos informado do que o Sr. Deputado António Barreto em relação às grandes linhas do Orçamento do Estado para 1989. De resto, esse é um debate que a Assembleia da República travará em altura própria.

Agora, o que me parece importante na avaliação de cada uma das áreas da governação é saber, dentro das metas económicas que o Governo não deixará de propor à Assembleia para o ano de 1989, qual é o peso relativo da educação. E, aí, quero crer que a educação não só não será relativamente prejudicada em relação a todas as áreas da governação como continuará a ser uma das áreas privilegiadas com o aumento real dos fundos do Estado. Portanto, continuará a manter-se a intenção política deste governo, desde que tomou posse, bem como a do governo anterior, de aumento real do investimento no sector educativo.

Assim sendo, não comprehendo quais são as preocupações que o Sr. Deputado António Barreto aqui vem levantar. De facto, não percebo se quer antecipar um debate que será feito em altura própria, se está com receios de que essas suas preocupações não vão ter consequência tão drástica como aquela que o Sr. Deputado aqui anunciou, e, portanto, pretende acautelar males maiores, ou se está a querer relativizar todas as previsões orçamentais para 1989 em relação a aumentos percentuais quer do Orçamento de 1988 quer do Orçamento de 1987. Ou seja — e aqui está a minha pergunta —, entende que é fundamental para a tradução do espírito e da letra da lei da autonomia universitária, que aprovámos por unanimidade aqui, nesta sessão legislativa, que exista um aumento do orçamento universitário tão substancial como tem existido nos últimos anos? Se é isso, provavelmente, não poderemos estar de acordo.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Barreto.

**O Sr. António Barreto (PS):** — Sr. Deputado Carlos Coelho, a minha inteligência é uma quantidade modesta, mas posso garantir-lhe que é maior do que a do orçamento universitário para este ano.

Sr. Deputado, o orçamento já se está a fazer e isto que fiz é um aviso prévio. Temos uma semana para que o Governo emende a mão, como eu próprio disse.

Os orçamentos, hoje e em Portugal, são feitos em diálogo, em debate, quer se goste quer não, com as instituições e as universidades estão, há semanas e semanas, envolvidas neste processo, facto que já é do domínio público através dos meios de comunicação, portanto todos sabemos em que pé estão as coisas.

O conhecimento que tenho é o que tem a pessoa medianamente informada sobre os assuntos universitários e orçamentais. Tenho uma triste experiência das propostas feitas aqui no Plenário, nos outros anos, em que se tentou alterar alguns orçamentos, algumas rubricas orçamentais no sector da educação, nomeadamente em ciência e investigação, politécnicos e universidade, porque a receptividade do Governo ou da maioria foi sempre nula para as alterações pontuais nalguns casos. Portanto, o Partido Socialista decidiu antecipar e alterar a opinião pública para este facto porque ele é deves-ras importante.

O Sr. Deputado cita o peso da educação. É uma citação fácil. Eu próprio festejei o aumento do peso da educação quando esse aumento de peso era real. Mas o que acontece é que a parábola da maçã podre tem que se lhe diga. O Sr. Deputado calcule, hoje, em Setembro de 1988, o que foi feito do aumento importante que a educação teve se contar que o Ministério da Educação foi o sector com maior redução pela dotação concorrencial com milhões de contos perdidos ali — a JNICT (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica), no domínio da investigação, perdeu 12%, vários organismos de investigação universitária e não universitária perderam de 6% a 12% dos seus orçamentos por via da dotação concorrencial. Se acrescentar a isso 2 a 3,5 pontos com as perdas da inflação e se acrescentar a perda de rendimentos reais que as universidades ou algumas instituições autónomas do ensino vão ter por se ter metido o imposto profissional «por dentro», situação esta que está ainda longe de estar esclarecida, o aumento de peso da educação no Orçamento é hoje uma imagem muito próxima da miragem, Sr. Deputado! E vamos fazer as contas no fim deste ano e garanto-lhe que o aumento «importante», «considerável», anunciado há dez meses é hoje uma quantidade residual, muito pequenina. Daí a minha maior aflição e a inquietação do Partido Socialista porque tudo se prepara para que tenhamos, de novo, alguns despeites de inflação, para que tenhamos, de novo, dotação concorrencial e eventualmente ainda superior no seu montante global em relação ao ano passado, dado o que vamos ouvindo dizer sobre o défice orçamental e sobre a vontade de lutar contra ele.

Mas há um último ponto, Sr. Deputado: o peso da educação é uma coisa e a estrutura da despesa na educação é outra.

**O Sr. Carlos Encarnação (PSD):** — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

**O Orador:** — Faça favor, Sr. Deputado!

**O Sr. Carlos Encarnação (PSD):** — Sr. Deputado, agradeço-lhe a interrupção, que servirá apenas para lembrar-lhe uma coisa e, ao mesmo tempo, perguntar-lhe outra.

Começando pela pergunta, o Partido Socialista estará aberto — e eu penso que sim — a encarar um novo sistema de financiamento do sistema educativo, por exemplo, com o aumento das receitas? Sei que está; penso que, pelo menos da sua parte, está aberto a essa iniciativa e a essa medida.

Por outro lado, quero lembrar-lhe que uma coisa que faz crescer receitas, que terão de ser consideradas em termos absolutos, são as iniciativas autónomas das universidades, designadamente os contratos-programas de investigação com instituições mistas, que têm desviado receitas para a investigação, área onde se tem feito alguma coisa de muito importante em termos nacionais e internacionais nas nossas universidades nos últimos tempos.

Por outro lado, gostaria também de recordar-lhe aquilo que acontece com os PIDDAC, que, tendo sido, na maior parte dos casos, cumpridos, têm substituído situações de verdadeiro bloqueio dentro das universidades em áreas fundamentais para o seu desenvolvimento e que só nos dois últimos anos conseguiram ter resultados reais.

Portanto, eu gostaria que com estas três componentes o Sr. Deputado tivesse a consciência de que na realidade... Sei que nem tudo vai bem, sei que as coisas poderiam ir muito melhor. Com certeza, acompanho V. Ex.<sup>a</sup> no desejo de que vá tudo cada vez melhor, com certeza que o acompanho no desejo de que a autonomia universitária seja cada vez mais preenchida e recheada de benesses para a universidade em geral, para a investigação em particular e para o País, em concreto.

De qualquer das maneiras, apenas gostaria de lembrar-lhe...

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Ó Sr. Presidente, mas isto é uma intervenção!...

**O Sr. Carlos Encarnação (PSD):** — Não, isto era apenas um pedido de esclarecimento, Sr. Deputado, peço desculpa...

Portanto, e para concluir, na reflexão séria e profunda que o Sr. Deputado António Barreto está a fazer sobre este tema, gostaria de lembrar-lhe que estas pequenas componentes talvez enriquecessem a sua reflexão.

E agora, Sr. Deputado, peço-lhe desculpa pelo tempo que lhe roubei.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Para a próxima vez inscreva-se!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado António Barreto, depois desta intervenção, que não foi propriamente uma interrupção, resta-lhe pouco tempo ainda disponível, por isso peço-lhe que seja breve.

**O Orador:** — Sr. Presidente, vou ser muito breve.

Antes de responder ao Sr. Deputado Carlos Encarnação, termino o meu raciocínio de há pouco e que consiste em considerar não apenas o peso da educação no conjunto das despesas públicas e do esforço nacional mas também a própria estrutura de despesa dentro da educação.

Ora há um facto para o qual chamo a vossa atenção, e que é importante ter em conta, Srs. Deputados, que é o de que a população universitária está em rápido crescimento, enquanto a população no sector primário da educação começou uma fase de declínio — aliás, outros países da Europa já o iniciaram há quinze, vinte ou vinte e cinco anos. A população na escola primária portuguesa anuncia momentos de declínio demográfico, por conseguinte, uma negligência em matéria da fatia orçamental universitária do ensino superior na estrutura da despesa de todo o sector da educação é um facto deveras grave, até porque nós, como todos sabem, temos uma taxa de frequência no ensino superior de metade da dos países europeus e de ainda menos de metade em relação a alguns países mais avançados.

Quanto às suas observações, Sr. Deputado Carlos Encarnação, devo dizer-lhe que partilho boa parte das suas preocupações.

O Partido Socialista, nas eleições do ano passado e, creio, nas anteriores, introduziu mesmo no seu programa eleitoral um ponto sobre a necessidade de alteração de alguns aspectos importantes do sistema de financiamento. Incluímos nesses aspectos os custos do ensino superior universitário e não universitário, mas também devo dizer-lhe que qualquer alteração do sis-

tema que resida essencialmente no aumento das propinas é medonho porque não é apenas isso que está em causa. Trata-se não só de colocar os custos a um nível comportável com a importância do serviço que se vai obter mas também de introduzir algumas medidas de justiça social, que os ricos não estejam a beneficiar das contribuições pagas por quem trabalha e quem não tem acesso à universidade, mas também de introduzir novos elementos importantíssimos como seja a estratégia universitária do desenvolvimento a médio e longo prazos, o que só é possível fazer-se com um planeamento possível a três, quatro e cinco anos com alguma autonomia das universidades. É por isso que me preocupo que, numa altura em que a autonomia universitária necessita de oxigénio, o oxigénio não seja dado mas antes apertado; «o parto é excelente mas não há oxigénio nem leite para a criança», e se no momento em que a autonomia é concedida faltam, em matéria de possibilidades de planeamento ...

Quanto ao recurso, que o Sr. Deputado menciona, aos contratos empresariais e contratos internacionais, aos programas multinacionais, como sabe tudo isso exige, em grande parte, uma participação nacional de 35% a 55% na maior parte dos casos das coisas importantes europeias. E, como também sabe, há vários projectos parados há ano e meio porque os 55% da CEE chegaram, mas os 45% do Estado Português não chegaram e, portanto, os projectos ficaram parados. Daí que seja o conjunto do sistema de financiamento que temos de analisar e não apenas fazer os estudantes pagar mais.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo.

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Está a causar a maior indignação, de Norte a Sul do País, a decisão do Governo de encerrar linhas de caminho de ferro de vastas zonas do interior, de, noutros casos, diminuir o número de comboios em circulação e ou o de encerrar estações.

Em Trás-os-Montes e Alto Douro, nas Beiras, na região do Tua, do Tâmega, do Pocinho a Barca de Alva, as autarquias e as populações estão a protestar contra as medidas que visam o encerramento das respectivas linhas por considerarem que as alternativas propostas, quando existem, não servem os interesses das populações.

Noutras zonas do País, como em Viseu, a população e as autarquias estão em luta: há concentrações de populares, os sinos tocam a rebate, porque a CP supriu composições da linha do Dão, alterou horários, criando pseudo «alternativos» que obrigam os passageiros a longas deslocações a pé e não asseguram o despacho de mercadorias. Na Mealhada, a Câmara Municipal considera que o novo horário dos comboios entre Pampilhosa, Souselas e Coimbra é mais gravoso do que o anterior, afectando centenas de jovens que entre as 6 horas e 30 minutos e as 8 horas e 30 minutos da manhã não têm qualquer comboio, tendo de se deslocar de madrugada para as aulas.

Também no Algarve há protestos contra os novos horários e contra a decisão que supriu composições entre Vila Real de Santo António e Lagos.

Toda esta situação é tanto mais incompreensível quanto o Governo se antecipa à anunciada proposta

de lei de bases dos transportes terrestres, que ainda não deu entrada na Assembleia da República — pelo menos que eu saiba.

Uma outra área de contestação a recentes decisões governamentais é a área dos bombeiros. No congresso realizado em Barcelos os bombeiros consideraram necessário rever aspectos importantes do seu estatuto social e protestaram contra a redução das comparticipações do Estado na construção de quartéis de bombeiros, que o Governo, como é sabido, através de despacho recente baixou para 60%, além de outras regras restritivas, o que é tanto mais incompreensível quanto se sabe a importância da actuação dos bombeiros na sociedade portuguesa.

Um terceiro aspecto que está a ser alvo de grande contestação é o chamado novo regime de acesso ao ensino superior, sobre o qual o Governo tem feito grande alarido como se tivesse feito agora uma grande descoberta. Mas, de facto, do que se trata é de uma inquietação de todo o processo, porque, como é sabido, através da Lei das Associações de Estudantes (Lei n.º 33/87, de 11 de Julho, aprovada na Assembleia da República por unanimidade), às associações de estudantes é garantido o direito de participação na elaboração da legislação sobre o ensino e é previsto um prazo de apreciação nunca inferior a 30 dias.

Ora, nada disto foi feito, como os Srs. Deputados, sobretudo os jovens, sabem. O Governo «esteve-se nas tintas» para a opinião dos estudantes.

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do PCP desde já anuncia que vai entregar na Mesa requerimentos ao Governo sobre este assunto independentemente de outras iniciativas, designadamente a apreciação parlamentar da legislação sobre o novo regime de acesso ao ensino superior, se se confirmar isto que tem vindo a ser anunciado publicamente.

Mas outras graves medidas no campo da educação estão a ser anunciadas e acabam de ser alvo aqui de uma discussão através do problema levantado pelo Sr. Deputado António Barreto, como é o caso da situação económica das universidades e do que está a vir a público sobre as previsões orçamentais para 1989.

A abertura do ano lectivo está, pois, a ser ensombrada por situações complicadas a merecer uma intervenção mais aprofundada, também da nossa parte, o que iremos fazer numa próxima reunião.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos inscreveram-se os Srs. Deputados Carlos Coelho e Mendes Bota.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo, a minha questão é muito concreta e tem a ver com essa crítica que foi feita de não discussão pública do novo sistema de ingresso no ensino superior.

Ouvi-a formulada em primeira instância pela Juventude Comunista Portuguesa e, na altura, tive ocasião de chamar a atenção para a profunda injustiça dessa crítica. E fui pelo seguinte: no âmbito dos trabalhos da reforma do sistema educativo foi posta à discussão pública a proposta sobre o sistema de ingresso, em Janeiro deste ano.

Portanto, mais de seis meses de debate teve essa proposta, elaborada, entre outros, pelos Profs. Britaldo Rodrigues e Virgílio Meira Soares, e, já com base na resposta desse estudo, o Governo apresentou um anteprojecto desta nova legislação que aprovou.

Esse anteprojecto foi distribuído às associações de estudantes e foi discutido no Conselho Consultivo da Juventude, entre outros, com a presença do representante das associações de estudantes do ensino superior nesse Conselho.

Foi o próprio Ministro da Educação ou o Secretário de Estado do Ensino Superior, não sei neste momento precisar, mas um dos dois ou mesmo os dois, que, em conjunto com todos os representantes das organizações juvenis e com o representante das associações de estudantes, apreciou o anteprojecto do Governo.

Naturalmente, o Governo depois de ter o *feed-back* em relação à proposta da Comissão de Reforma do Sistema Educativo e de ter o *feed-back* em relação à proposta que levou ao Conselho Consultivo da Juventude, aprovou um decreto-lei.

Portanto, não me parece que seja justa, nem séria, a crítica de que esta versão final do decreto-lei fosse novamente remetida à discussão pública, senão não haveria lei que tivesse uma fase terminal.

A partir de duas fases de debate, duas fases de discussão perfeitamente limitadas e com tempos razoáveis, parece-me que o Governo estava em todas as condições, no âmbito do diálogo democrático, para exercer as suas funções constitucionais e aprovar um decreto-lei.

Que se concorde ou discorde do texto do decreto-lei, essa é outra discussão. Naturalmente, a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo tem a sua posição, e eu terei a minha; agora que se acuse o Governo de não ter dialogado e de não ter discutido, isso é profundamente injusto, porque não é verdadeiro.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Sr. Presidente e Sr.ª Deputada: Apenas uma constatação ou, digamos, um comentário e uma pergunta muito concreta.

O comentário é o de que todos nós temos a noção de que o serviço prestado pela CP, de transportes rodoviários, é um serviço eminentemente social com largos prejuízos económicos, que têm de ser suportados por todos nós e pelo Orçamento do Estado.

Mas também devemos entender que não se pode generalizar na contestação ao encerramento de algumas linhas de caminho de ferro, que eram manifestamente inviáveis em termos económicos e cuja prestação social era quase diminuta, para não dizer nula.

Este comentário é apenas para pedir à Sr.ª Deputada que quando vem aqui fazer-se eco de múltiplas contestações de populações, as analise ponto por ponto, contestação por contestação, porque efectivamente há que separar o trigo do joio nesta matéria, e nem tudo aquilo que se contesta tem a sua razão de ser, lógica e racional.

A pergunta muito concreta que queria colocar-lhe é a seguinte: quando a Sr.ª Deputada contesta também a baixa para 60% das comparticipações do Estado na construção dos quartéis de bombeiros, a Sr.ª Deputada tem a noção exacta de quantos quartéis de bombeiros

foram construídos ao longo deste país, na última década, sobretudo nos últimos anos, com vultosas participações do Estado, como tal provenientes do Orçamento do Estado proposto pelo Governo, e que, efectivamente, deram satisfação às maiores prioridades, àquelas situações de franca necessidade de instalações para os combatentes da paz, para os soldados da paz, que são os bombeiros?

É evidente que ainda há necessidade de alguns quartéis de bombeiros, mas também deveremos entender que o grau de prioridade talvez já não se coloque com a mesma acuidade com que se colocava aqui há alguns anos.

Portanto, as prioridades de investimento vão-se deslocando para outros sectores e não poderemos querer ter em todas as frentes, em todos os sectores, prioridades de investimento. Isso é impossível, há que fazer opções e, digamos, a construção de quartéis de bombeiros talvez já não seja, neste momento, aquela prioridade tão instante que era aqui há alguns anos atrás.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo.

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começando por responder à pergunta relativa ao decreto-lei que define o novo regime de acesso ao ensino superior, creio que a questãoposta pelo Sr. Deputado Carlos Coelho tem em si própria a resposta, ou seja, o Sr. Deputado sabe perfeitamente, até porque colaborou na elaboração da Lei das Associações de Estudantes, que no artigo 19.<sup>º</sup> dessa lei se refere expressamente que «as associações de estudantes têm o direito de emitir parecer no processo de elaboração de legislação sobre ensino, designadamente nos seguintes domínios: definição e planeamento do sistema educativo, acesso ao ensino», etc.

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — E fizeram-no!

**A Oradora:** — Depois, diz mais: «Os projectos de diploma legislativo previstos no número anterior serão publicados e remetidos às associações de estudantes acompanhados da indicação de prazos de apreciação nunca inferiores a 30 dias.»

**O Sr. Carlos Coelho (PSD):** — Houve muitas instituições que o fizeram!

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Mas não é tão grave como isso.

**A Oradora:** — Sr. Deputado, isto não foi feito e o Sr. Deputado sabe-o! A lei não foi cumprida e, portanto, todo este processo está inquinado.

Quanto à segunda questão, relativamente à CP, o Sr. Deputado Mendes Bota sabe que a proposta de lei de bases dos transportes terrestres ainda não deu entrada nesta Assembleia, ou pelo menos não foi distribuída aos grupos parlamentares, visto que o meu grupo parlamentar ainda não a tem.

Portanto, ainda não foi objecto de discussão, ainda não está aprovada e aí é que são definidas as grandes prioridades e toda a problemática do que deve ser o transporte ferroviário, o transporte terrestre, etc. . .

Ora, estranhamente ou talvez não, a CP, a mando do Governo, começou, desde já, a tomar as medidas que estão a gerar a maior indignação de Norte a Sul do País.

O Sr. Deputado sabe disso, só se não lesse os jornais é que não sabia, mas como o Sr. Deputado lê os jornais sabe que de Norte a Sul do País está a haver protestos, quer por parte das autarquias — sejam elas do PSD, do CDS, do PS, da CDU, de quem quer que seja — quer das populações.

Portanto, se esta situação está a originar um protesto popular e um protesto dos órgãos autárquicos tão forte, é porque a CP estava a prestar um serviço social. O Sr. Deputado as pessoas não são parvas, os órgãos autárquicos não são parvos, e não vão protestar contra a retirada de um serviço se este não é social. Se isso não tivesse nenhuma importância, as autarquias não protestavam desta forma.

Aliás, se o Sr. Deputado se der ao trabalho de andar em algumas destas linhas de caminho de ferro, como eu fiz, por exemplo, ainda nestas férias na zona do Douro, verificava que os comboios iam cheios . . .

#### Risos

Eu fiz isso estas férias em algumas das linhas que o Governo quer encerrar na zona do Douro, e verifiquei que os comboios iam cheios na linha do Tua, na linha do Pocinho a Barca de Alva, não iam às moscas como o Governo tenta fazer crer.

O que se está a passar, por exemplo, na zona da Mealhada, em que os jovens que têm de ir para a escola têm de levantar-se às 5 horas da manhã ou às 5 horas e 30 minutos para apanhar o comboio às 6 horas porque depois disso não têm mais nenhum. Acha isto admissível, Sr. Deputado?

Bom! Um terceiro aspecto refere-se aos bombeiros e sobre esta matéria acho que o Sr. Deputado fez uma afirmação grave ao dizer que o Governo tem de fazer opções e, portanto, neste caso opta por cortar o subsídio para a construção de quartéis de bombeiros. Parece-me que isto é muito grave, sobretudo numa altura em que ainda estamos em época de incêndios, em que a acção dos bombeiros é de abnegação, de sacrifício, como nesta Assembleia tem sido reconhecido por unanimidade, como o Governo e o PSD vão dizendo, mas depois nos actos não é assim. De resto, o que o Sr. Deputado disse não foi diferente daquilo que o Governo fez, pois foi em Junho ou Julho que saiu este despacho.

Logo, o que o Governo fez foi exactamente isso, foi fazer uma opção cortando no investimento para os bombeiros, considerando que os bombeiros e a construção de quartéis não são uma questão prioritária neste país.

Isso é muito grave, Sr. Deputado, como bem o denunciaram os bombeiros no seu congresso realizado em Barcelos.

Creio que esta posição deve ser reconsiderada, quer por parte do Grupo Parlamentar do PSD quer por parte do Governo, a bem dos bombeiros e a bem da segurança do nosso país, das populações em geral. Que não nos fiquemos apenas por palavras, mas que sejamos consequentes nos actos, ou que os senhores sejam consequentes com as palavras que vão dizendo, é o meu voto.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Mendes Bota pede a palavra para que efecto?

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Sr. Presidente, quanto mais não seja para defesa da honra.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não posso permitir que fique aqui a ideia de que expressei efectivamente qualquer afirmação tendente a defender o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo acaba de dizer.

Apenas quero esclarecer e deixar aqui bem vincado para todos os que aqui estão presentes, desde estas bancadas até às da comunicação social, que não defendi que a construção de quartéis de bombeiros não é prioritária para o Governo.

O que eu disse foi que já não tinha tanta acuidade como tinha aqui há alguns anos, porque foi fantástico o esforço feito nos últimos anos, fantástico o número de quartéis que foram construídos, e, permita-me que lhe diga, em alguns casos, poucos, mas em alguns casos até houve alguns exageros, visto que se verificou uma dessintonia em relação às verdadeiras necessidades, porque foram construídos quartéis talvez demasiado grandes em relação às necessidades, quando em outros locais foram porventura construídos pequenos em relação às necessidades.

Mas, seja como for, não há aqui qualquer ideia de que não é prioritário dar meios aos bombeiros, não é nada disso. Não posso, pois, deixar que fique aqui a palavra da Sr.<sup>a</sup> Deputada a querer imputar-me afirmações que não fiz, porque o que eu disse foi que a acuidade e a prioridade não eram as mesmas, mas continua a ter importância quando o Governo ainda atribui 60% do total do investimento para a construção de quartéis de bombeiros. Isso é significativo e não pode ser escamoteado, não pode ser deturpado aqui pela intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, se o desejar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo.

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Creio que o protesto do Sr. Deputado Mendes Bota é, em si, uma explicação.

O Sr. Deputado reafirmou que o investimento nos quartéis de bombeiros não tem para o Governo a acuidade e a prioridade que já teve.

Creio que o Sr. Deputado reafirmou agora essa posição, que comentei criticando essa opção do Sr. Deputado, do PSD e do Governo, opção que consideramos incorrecta e errada, na medida em que, se há quartéis que continuam por construir e que são necessários — aliás, o Sr. Deputado não pôs isso em causa —, então o Governo deve continuar a considerar essa construção prioritária e urgente e, por isso, deve participar da mesma forma que o estava a fazer.

Creio que este problema está claro e que a crítica que fiz ao Sr. Deputado e ao Governo, analisadas as afirmações que o senhor fez e as decisões que o Governo tomou, é perfeitamente correcta.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos.

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Santos (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vem hoje a público a posição da Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais sobre o desmantelamento e imersão do navio *Reijin*, considerado por esta entidade como «a solução menos má entre as possíveis», posição que vem, mais uma vez, demonstrar que a tão apregoada política de ambiente deste governo é, de facto, uma flor emblemática que se põe e tira da lapela conforme as suas conveniências.

Senão vejamos: encalhado desde 26 de Abril passado, na praia da Madalena, em Vila Nova de Gaia, o navio *Reijin* vai ser afundado ao largo da costa portuguesa com o que resta da sua carga de cerca de 5000 automóveis.

No entanto, e do ponto de vista estritamente ecológico, não é racional que produtos resultantes da transformação de matérias-primas não renováveis, após a incorporação de mão-de-obra e técnica dispendiosas, sejam pura e simplesmente lançados no oceano, quando poderiam perfeitamente ser utilizados ou, na pior das hipóteses, reciclados.

Por outro lado, esta decisão vem contrariar frontalmente o espírito e a letra da Convenção de Oslo, de que Portugal é um dos subscritores, sobre a prevenção da poluição marítima causada por operações de imersão efectuadas por navios, que estabelece no seu artigo 1.º: «As Partes Contratantes comprometem-se a tomar as medidas possíveis para lutar contra a poluição dos mares por substâncias susceptíveis de colocar em perigo a saúde do homem, de afectar os recursos biológicos, a fauna e a flora marítimas, de prejudicar as possibilidades de recreio ou dificultar quaisquer outras utilizações legítimas do mar.»

No seu artigo 5.º lê-se que as Partes Contratantes deverão «harmonizar as suas políticas e adoptarão, individual ou colectivamente, medidas destinadas a impedir a poluição dos mares pela imersão de resíduos efectuada por navios».

Portugal ratificou, também, a Convenção para a Prevenção da Poluição Marinha por Operações de Imersão de Detritos e Outros Produtos, concluída em Londres em 1972, que também desrespeita.

A posição assumida pela Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais desde o início que se pautou pela fragilidade e ligeireza com que tratou esta questão, pois apenas se limitaram a verificar que não ocorreria uma poluição imediatamente visível — uma maré negra — e, sem acutelarem até ao fim a integridade das águas, cederam a posições dos proprietários do navio, aceitando com muita facilidade a solução imposta sob a inaceitável desculpa do mal menor.

O próprio Secretário de Estado do Ambiente confessou ignorância sobre o assunto, conforme declarações a uma equipa de televisão e a um semanário francês.

Mesmo a solução encontrada padece de alguma ambiguidade, pois não há sequer controle integral das operações, não se tendo garantias de que os carros estão a ser afundados a 2000 m, como se diz.

São estes os factos que nos impelem hoje a levantar este assunto na Comissão Permanente, dando também expressão nesta Assembleia à solicitação que nos fez a QUERCUS — Associação Nacional de Conservação da Natureza, de defender aqui, nesta Casa, as suas posições que exigem do «Governo o cabal esclareci-

mento sobre as operações já realizadas, a sua suspensão imediata e o estudo urgente de uma solução alternativa que não continue a colocar o nosso país junto da opinião pública internacional como zona de permissividade, quando o resto da Europa dá passos significativos no sentido de assumir uma postura preventiva face às ameaças que pairam sobre o meio ambiente».

Por outro lado, reafirmamos também a nossa anterior posição pública, de meados de Julho, consentânea com as apreensões que hoje aqui trazemos, sendo que neste próximo fim-de-semana em Bruxelas, na Coordenadora dos Partidos Verdes e alternativos da Europa, vamos introduzir na ordem de trabalhos a apreciação deste problema, o que decerto apontará para uma tomada de posição conjunta que condene a actuação do Governo Português, a ser levado ao Parlamento Europeu pelo Grupo Arco-íris.

A defesa do ambiente, pressuposto básico de qualquer política de desenvolvimento, tem de ser uma prática diária, presente em todas as tomadas de decisão.

O Partido Os Verdes quer com esta intervenção protestar e condenar esta tomada de posição do Governo Português sobre o navio *Rejin* que veio aumentar ainda mais o fosso entre a sua apregoada defesa do ambiente e do desenvolvimento e a sua prática quotidiana de cumplicidade para com os atentados ecológicos que infelizmente ocorrem com maior acuidade em todo o nosso país.

**Vozes do PS, do PCP e do PRD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Neste período de antes da ordem do dia da Comissão Permanente, em que me é grato estar presente, quero deixar expressas duas palavras muito curtas, uma de congratulação e outra de preocupação profunda.

Uma primeira palavra de congratulação pela intervenção do representante das Comunidades Europeias na Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a situação em Timor Leste. E congratulação pelo que tal intervenção significa na perspectiva do êxito efectivo da nossa integração nas Comunidades e pela contribuição que representa no sentido de sublinhar o respeito pelos direitos das populações e pela ajuda que traz à recuperação da dignidade do processo descolonizador português.

E com esta congratulação não podemos deixar de fazer aqui um agradecimento a todos quantos contribuíram ao longo do tempo para que tal intervenção pudesse acontecer agora: desde logo às sucessivas representações deste Parlamento na União Interparlamentar e no Conselho da Europa, insistindo contra ventos e marés e muitas incompreensões pela necessidade de não esquecer as violações dos direitos do homem em Timor Leste; pela nossa representação no Parlamento Europeu e pela sua actuação, designadamente a sua actuação recente — e permitam-me, Srs. Deputados, que aqui destaque a actuação do meu correligionário Francisco Lucas Pires —, actuação que foi decisiva no que respeita ao voto da moção e do relatório apresentados à ultima sessão plenária do Parlamento Europeu; à diplomacia portuguesa como um todo, a começar pelo

nosso primeiro representante, o Sr. Presidente da República, e a acabar nos diplomatas que executaram as linhas definidas no âmbito competente para o fazer, ou seja, no âmbito do Governo e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A segunda palavra é de preocupação pelo que está a passar-se em termos de inflação. Porventura, não é a primeira vez que esta preocupação é expressa no âmbito desta Câmara, mas não quero deixar de fazê-lo e de exprimí-la aqui sob um ângulo específico, isto é, manifestar a minha preocupação pelo que está a passar-se em termos de inflação e dos seus reflexos nos rendimentos dos Portugueses.

O que está a passar-se foi, aliás, previsto pelo CDS na sua interpelação sobre a política económico-financeira do Governo que teve lugar em Fevereiro passado.

A inteligência matemática do Sr. Ministro Cadilhe acabou por não ser suficiente para evitar o pior, de tal modo que, como único recurso para salvar a face, aquilo que em Fevereiro passado era um verdadeiro objectivo estrutural passou agora para uma prioridade meramente secundária e, porventura, incompatível na sua concretização com o que é a primeira prioridade — a política económica.

Porém, a questão é importante principalmente para os que vão sofrer nos seus rendimentos, no seu modo de vida, as consequências da erosão inflacionista.

Resta-nos aguardar com preocupação e expectativa o modo como vai funcionar já daqui a dois dias, no fim deste mês de Setembro, a cláusula de indexação automática inserida no acordo global de rendimentos e preços celebrado no âmbito do Conselho de Concertação Social.

Não podemos, aliás, deixar de manifestar uma certa estranheza pela preocupação que tem sido tão insistente revelada por quem tomou parte nesse acordo face àquilo que serão as consequências da inflação. No aspecto dos rendimentos, elas estariam, em princípio, asseguradas pelo funcionamento desta cláusula. No entanto, essa preocupação manifestada, generalizada e inconsistentemente, é porventura um mau sinal.

E a propósito do tal acordo e da inserção nele dessa cláusula, não podemos deixar de aflorar aqui a questão que consiste em saber se o Governo, que celebrou o acordo, vai efectivamente dar o exemplo e rever a actualização salarial escassa de 6,5% concedida a todos os servidores da Administração Pública.

Esperemos que sim, pois será essa a única forma de garantir que se desencadeiem todos os efeitos daquilo que se pretendeu no Conselho de Concertação Social, ou seja, constituir-se uma cláusula de salvaguarda na concertação social deste país.

Será essa a única forma de evitar que os erros da política acumulados e potenciados pelas consequências vindas do exterior venham a reflectir-se, mais uma vez, dramaticamente no modo e na condição de vida dos Portugueses.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Sr. Presidente, quero solicitar a intervenção da Mesa para o seguinte: estamos de acordo quer com um quer com outro dos temas tratados pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito e talvez fosse escusada a referência ao deputado europeu do CDS, visto que, para nós, os deputados no Parlamento Europeu, em assuntos desta natureza, têm-se batido de forma muito igual na defesa dos interesses dos Portugueses. Uns talvez mais espalhafatosamente, outros enfim ... mas, bem! Não irei referir-me a isso, mas, sabendo nós que foi distribuído o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas que contém referências a Timor Leste, o Governo, fazendo tábua rasa de legislação aprovada nesta Assembleia, continua a não enviar a esta Assembleia documentos dessa importância que, pela legislação aprovada, está obrigado a fazê-lo.

Por isso, solicito ao Sr. Presidente que intervenha junto do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros para que sejam imediatamente enviadas à Assembleia da República e distribuídas aos grupos parlamentares cópias desse relatório.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, a Mesa tomou nota e irá providenciar nesse sentido.

#### ORDEM DO DIA

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, terminou o período de antes da ordem do dia, pelo que vamos entrar no período da ordem do dia com a discussão do projecto de deliberação n.º 24/V, apresentado por Os Verdes, que propõe à Comissão Permanente que solicite a comparência do Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais na próxima reunião da Comissão.

Para proceder à apresentação do referido projecto, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Santos.

**A Sr.ª Maria Santos (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero fazer uma breve apresentação do projecto de deliberação, do qual, penso, todos os grupos parlamentares já têm conhecimento.

A solicitação da vinda do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais à Comissão Permanente vem na sequência da intervenção que fizemos na primeira reunião desta Comissão, no início do mês em curso, porque consideramos fundamental que o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais preste esclarecimentos sobre a situação do alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, tendo em conta que está a processar-se a construção de uma nova torre de controle, com cerca de seis andares, em terrenos já expropriados. Isso vem ao arrepio das tomadas de posição, aquando da criação da comissão tripartida em 21 de Abril de 1988 que congrega três Ministérios: o da Defesa Nacional, o do Planeamento e da Administração do Território e o da Agricultura, Pescas e Alimentação, no sentido de viabilizar alternativas para a resolução do problema, por um lado, e, por outro, a exigência de um estudo de impacte ambiental. Esta comissão tinha 90 dias para proceder à análise do problema e nem sequer reuniu. Esses 90 dias acabaram e é com muita apreensão que Os Verdes vêm que as atitudes do Governo face a este problema são, não só do ponto de vista ecológico como do ponto de vista mais

geral, um agir de má-fé face às expectativas que criou na opinião pública, face àquilo que disse que ia fazer e não fez e que levou mesmo muitos dos ambientalistas a posicionarem-se favoravelmente à criação da comissão que, na prática, não teve resultados. Aliás, as políticas testam-se pelos resultados que conseguem atingir.

Além disso, não há estudo de impacte ambiental, o que é uma atitude contrária ao consignado na própria Lei de Bases do Ambiente e às directrizes comunitárias sobre estudos de impacte.

Por outro lado, como sabem, esta acção vai contra as Convenções de Bona e Ramsar, que o Governo ratificou e que, mais uma vez, estão sendo postas em causa.

Neste momento, e quanto a nós, estas explicações são muito mais urgentes porque o Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional vem tornar públicas algumas posições relativamente à reconversão de várias indústrias de armamento a localizar no distrito de Setúbal. Uma afirmação que ele faz é a de que esse distrito é o local ideal porque «temos o Campo de Tiro de Alcochete para continuar a testar novos armamentos militares».

Portanto, isto prova à evidência que há uma posição por parte do Ministério da Defesa Nacional e outra, no início, por parte da Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais. E mais uma vez vemos que a tal flor emblemática da defesa do ambiente tira-se da lapela quando não serve e põe-se quando serve.

Por que é que propomos a vinda do Sr. Secretário de Estado?

Primeiro, pelas posições que tomou antes de ser Secretário de Estado, contrariando e dando uma informação negativa relativamente ao processo de alargamento; segundo, porque queremos saber qual é a posição ambientalista do Sr. Secretário de Estado relativamente a isto, e, terceiro, porque queremos saber a que conclusões chegou a comissão tripartida e qual é, neste momento, a posição da Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais face às obras clandestinas que estão a ser feitas no Campo de Tiro de Alcochete. Além disso, a própria Câmara do Montijo —uma das câmaras envolvidas—, numa última moção da sua sessão pública, refere que nem ela própria, a quem pertencem os espaços geográficos onde o Campo de Tiro está implantado, tem conhecimento dessas obras. E, como sabem, dessas obras decorrem necessariamente infra-estruturas.

Portanto, a autarquia não está, de facto, informada e é com grande estranheza que esta situação está a desenvolver-se, no mais puro secretismo e afastada das posições que o Governo, por um lado, disse que ia tomar e, por outro lado, do debate público que se exige.

Neste sentido, pensamos que a Comissão Permanente, como órgão importante de gestão e de trabalho da Assembleia da República e enquanto esta não inicia os seus trabalhos, devia ouvir o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, não só para estarmos esclarecidos, mas para todos os deputados desta Casa lhe colocarem as questões que muito bem entenderem relativamente a este assunto, uma vez que é um assunto muito importante em que se colocam questões do ponto de vista ambiental, do ponto de vista de orientação da área da defesa e questões rela-

tivas a um Governo que age de má-fé perante expectativas que criou na opinião pública e em todos os grupos ambientalistas que fizeram crescer um movimento de opinião contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, tendo em conta que ele está situado — como bem vos lembro — junto da Reserva Natural do Estuário do Tejo.

Por isso pensamos que seria importante que esta Comissão ouvisse o Sr. Secretário de Estado, para verificar que aquilo que o Partido Ecologista Os Verdes aqui diz é capaz de não ser mentira, é capaz de ser mesmo verdade!

Vamos ouvi-lo e depois tiraremos todas as respectivas conclusões!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A bancada do PSD tem o máximo de respeito pelas preocupações do Partido Ecologista Os Verdes, nomeadamente da Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos. Respeitamo-las e sabemos que é um direito ter essas preocupações, reclamar urgência, reclamar efectivamente uma atenção especial para assuntos que consideram prioritários.

No entanto, rejeitamos claramente que se possa aqui acusar o Governo de má-fé, porquanto endereçamos a má-fé para o Partido Ecologista Os Verdes, uma vez que sabia antecipada e nomeadamente o que se tem passado nas últimas reuniões da Comissão Permanente quanto à posição e ao entendimento que a bancada do PSD tem acerca da vinda de membros do Governo para participarem na discussão da ordem do dia desta Comissão, posição que é de rejeição. Portanto, não aceitamos essa acusação. Inclusivamente, isso já levou o Partido Comunista a propor que fosse autorizada a reunir a Comissão de Agricultura e Pescas para apreciar assuntos que entenda serem urgentes, o que foi por nós viabilizado. O mesmo aconteceu com as questões relativas ao incêndio do Chiado e dele emergentes, viabilizando o funcionamento da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente para essas matérias.

Por isso, não percebemos como é que o Partido Ecologista Os Verdes vem reiterar aqui uma posição que sabe perfeitamente vir encontrar a oposição do Partido Social-Democrata.

Estaremos dispostos a viabilizar que a Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente solicite a presença do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais para prestar aí todos os esclarecimentos que entender necessários. Porém, não podemos classificar o pedido de Os Verdes de outra forma que não seja a de «uma manobra de diversão» e — aí, sim — de uma «posição emblemática» que ora se tira, ora se retira, ao sabor das conveniências, apenas para fazer aqui alguns fogachos, certamente porque a televisão ou a comunicação social está presente na Comissão Permanente e não estará presente ou tão presente dentro do funcionamento da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente.

Portanto, devolvemos os epítetos de má-fé com que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos entendeu apelidar aqui o Governo e pensamos que este não se recusará a pres-

tar todos os esclarecimentos que essa Comissão entender necessário solicitar. Por isso, declaramo-nos dispostos a viabilizar a outra solução que já aqui expendemos suficientemente.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos.

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Santos (Os Verdes):** — Gostaria, em primeiro lugar, de manifestar a nossa satisfação, porque sendo assim vemos a possibilidade de, a partir de amanhã, solicitar a vinda do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais à Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente ...

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Já o sabiam desde a semana passada!

**A Oradora:** — ..., pois certamente a sua vinda à Comissão vai ser aprovada.

De qualquer maneira, gostaria de fazer alguns comentários áquilo que disse e perguntar-lhe se o Governo age ou não de má-fé quando, em 21 de Abril, decidiu criar uma comissão tripartida, que tinha 90 dias para analisar o problema, apresentar um estudo de impacte ambiental e encontrar alternativas para a resolução do problema e que, no entanto, não reuniu uma única vez durante esse prazo, não tendo sido apresentadas quaisquer conclusões.

Efectivamente, a comissão não trabalhou! Foi uma figura de estilo para que, na altura em que o movimento de opinião crescia face à situação do projectado alargamento do Campo de Tiro, se esbatesse a possibilidade de uma maior reivindicação. As conclusões não vieram a público e, paralelamente, na prática, os responsáveis pelo Campo de Tiro, ou seja, o Ministério da Defesa Nacional entenderam continuar com as expropriações e com a construção da torre.

Na prática, o Governo disse uma coisa e fez outra! Portanto, o Sr. Deputado não me vai dizer que estou a mentir ou a agir de má-fé. Esta é a verdade!

O segundo aspecto que gostaria de referir tem a ver com o facto de a Comissão Permanente ser um órgão que funciona quando o Plenário está em férias e que serve para continuar a fiscalizar e a acionar todos os mecanismos para o conhecimento efectivo da acção do Governo. Portanto, não me parece a destempo que eu e o Partido Os Verdes tenhamos colocado esta questão, tendo em conta que consideramos que a opinião pública, em geral, considera muito importante o que se está a passar nos terrenos expropriados junto ao Campo de Tiro de Alcochete.

Assim sendo, não concordo com a sua visão reducionista de que a Comissão Permanente não pode chamar aqui todos os membros do Governo que entender, e questioná-los sobre os casos mais diversificados que se passam na vida social e política portuguesa, pois penso que isso faz parte da vida democrática.

Quanto à questão da televisão, a que o Sr. Deputado se referiu, devo dizer-lhe, Sr. Deputado Mendes Bota, que nós estamos muito à vontade nesse campo, pois fomos o único partido que neste início da actividade parlamentar não foi à televisão — e somos um grupo parlamentar instituído no Parlamento português — dar conta da sua actividade. A televisão

começou a convocar representantes dos vários partidos políticos, começando pelo CDS, esquecendo-se de que Os Verdes existiam e que também terão, certamente, alguma coisa a dizer à sociedade portuguesa sobre o modo como se posicionam face aos problemas, não só ecológicos mas sociais e políticos, que existem na nossa sociedade. Portanto, nós estamos à vontade quanto a esse aspecto! Não é a televisão que nos movimenta mas, sim, as questões mais fundas, as leis físicas, as relações que se estabelecem no social e no político, e é por isso que continuaremos sempre a pôr o dedo na ferida, Sr. Deputado Mendes Bota.

Diga-me, Sr. Deputado, se não é verdade que quem agiu de má-fé, neste caso, foi o Governo, uma vez que não cumpriu. Que mais lhe posso dizer sobre isto? Nós cumprimos com a nossa filosofia, com o nosso ideário trazendo a esta Casa, ao debate democrático, as nossas preocupações face a uma situação e a uma negligência por parte do Governo. Assim sendo, não pensa que nós, Os Verdes, fizemos bem?

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Não vou responder à Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos, porque, de facto, a Sr.<sup>a</sup> Deputada fez uma segunda intervenção e não um pedido de esclarecimento. No entanto, quero dizer-lhe que a Sr.<sup>a</sup> Deputada está a fazer um julgamento antecipado, ou seja, acusa de má-fé a Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais antes de ouvir quais as razões que levaram este organismo a não reunir a comissão e por que razão está a proceder desta ou daquela forma. Pode haver razões muito ponderosas e justificáveis para tal atitude e a Sr.<sup>a</sup> Deputada, neste momento desconhecendo essas razões, está já a condenar.

Entendemos, e dissemos aqui claramente —aliás, o Partido Os Verdes estava representado—, que não concordávamos com o entendimento de que esta Comissão Permanente deveria requerer a vinda de membros do Governo. Se a Sr.<sup>a</sup> Deputada não concorda o problema é seu, mas se quer, de facto, resolver o problema, atender à sua urgência e se pensa que o problema é importante, então não deve continuar a persistir e a tentar empurrar a maioria de uma posição que ela já tornou bastante clara.

Há já uma semana que a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabia perfeitamente que estávamos disponíveis para viabilizar o funcionamento da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente para suscitar a vinda do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, no entanto Os Verdes perderam uma semana e ainda hoje a Sr.<sup>a</sup> Deputada está a insistir nesse ponto. Portanto, pergunto: qual é a má-fé? Tudo isto não será apenas para pretender criar mais um incidente, sem qualquer consequência prática, ou seja, perderem mais alguns dias em relação à obtenção de um esclarecimento no qual, se calhar, não estarão assim tão interessados, uma vez que se apressaram a fazer um julgamento antecipado do Governo e do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para um intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

**O Sr. Marques Júnior (PRD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Consideramos que a intervenção do Sr. Deputado Mendes Bota é necessariamente desajustada. O PSD pode, do nosso ponto de vista, votar contra uma proposta que é apresentada mas não pode dizer, como afirmou o Sr. Deputado Mendes Bota, que a oposição já sabe que a posição de princípio do PSD é a de não permitir que um membro do Governo venha à Comissão Permanente ...

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — ..., porque isso contraria frontalmente aquilo que são os objectivos desta Comissão que estão expressos na Constituição, no Regimento da Assembleia da República e no próprio Regimento da Comissão Permanente.

Relativamente ao projecto de deliberação apresentado pelo Grupo Parlamentar de Os Verdes e independentemente dos juízos de valor que se possam fazer —e pensamos que esta não é a altura de nos pronunciarmos sobre eles— relativos às infra-estruturas, ao alargamento ou não do Campo de Tiro de Alcochete e às implicações que isto tem ao nível dos vários ministérios, pensamos que a proposta apresentada por Os Verdes tem perfeito cabimento nas funções da Comissão Permanente e é importante que a Assembleia da República seja esclarecida sobre uma situação que se apresenta pouco ortodoxa, isto para não emitir um juízo de valor menos ajustado mas, porventura, mais real e mais verdadeiro.

Não podem, do nosso ponto de vista, subsistir dúvidas como aquelas que são formuladas no texto do projecto de deliberação apresentado por Os Verdes, na medida em que se põe em causa, a verificar-se tal situação, a onerabilidade do Estado. Estas dúvidas terão de ser, para bem do prestígio das instituições, rapidamente dilucidadas na Assembleia da República e a Comissão Permanente, neste caso, é o local próprio para elas serem apresentadas.

Não vemos como é possível, levantada que está a questão em termos institucionais, que ela permaneça até que o Governo se digne esclarecer a Assembleia da República ou até que o PSD se digne autorizar o Governo a esclarecer a Assembleia da República.

Apoiamos, pois, o projecto de deliberação apresentado pelo Grupo Parlamentar de Os Verdes, no sentido de convidar o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais a vir esclarecer esta Assembleia sobre uma questão que, colocada nos termos em que está, pode, eventualmente, pôr em causa a onerabilidade do Estado —como, aliás, se reconhece— e sobre uma atitude menos correcta por parte do Governo. É, portanto, este o local próprio —e não através de um comunicado qualquer— para tal assunto ser devidamente esclarecido.

É este o sentido da nossa intervenção, ou seja, e em suma, apoiar, com os pressupostos que apresentámos, o projecto de deliberação do Grupo Parlamentar de Os Verdes.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

**O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP considera que o projecto de deliberação apresentado por Os Verdes tem pertinência.

Gostaríamos de subscrever e reforçar a primeira parte da intervenção do Sr. Deputado Marques Júnior, uma vez que se, por um lado, a posição do PSD é respeitável em termos de dizer «não» a este projecto de deliberação, por outro, é evidente que os partidos da oposição têm o direito de, à luz do próprio Regimento da Comissão Permanente, apresentar projectos de deliberação e de chamar os membros do Governo a participarem nos nossos trabalhos. Pensamos que uma coisa não invalida a outra, independentemente da posição respeitável do PSD com a qual, aliás, não estamos de acordo.

Também nós não fazemos juízos de valor sobre a má ou a boa-fé do Governo em relação a esta matéria, mas pensamos que esta questão tem de ser esclarecida e que o projecto de deliberação de Os Verdes nos seus fundamentos procura precisamente a obtenção desse esclarecimento. Por este motivo subscrevemo-lo, estando, no entanto, disponíveis para considerar outras saídas com a ideia de que é necessário, para bem dos interesses nacionais e do meio ambiente, o esclarecimento da situação aqui levantada por Os Verdes.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Presidente, na minha intervenção gostaria de ver se, de uma vez por todas, esclarecímos um debate que tem existido nesta Comissão e que, do meu ponto de vista, é conduzido de forma errada pela bancada do PSD.

O PSD pode, na verdade, tanto na Comissão Permanente como no Plenário, votar favoravelmente ou não as deliberações propostas, defendendo e levando ao conhecimento dos outros grupos parlamentares quais os seus pontos de vista, mas o que o PSD não pode fazer é deturpar o Regimento da Assembleia da República e retirar à Comissão Permanente competências que ela detém.

**A Sr.ª Maria Santos (Os Verdes):** — Com certeza!

**O Orador:** — Ora, se a Comissão Permanente tem como principal competência acompanhar e fiscalizar os actos do Governo, vir ou não vir um membro do Governo a uma comissão é independente de, desde 15 de Julho a 15 de Outubro, durante quatro meses, o Governo estar praticamente sem fiscalização por se negar a vir à Comissão Permanente da Assembleia da República dar conta do seu trabalho.

Independentemente — e é esta a afirmação que queríamos deixar clara — das petições que sejam apresentadas pelos diversos grupos parlamentares (e nem sequer entro nessa análise) cada vez que, durante o período de trabalho da Comissão Permanente, for solicitada por algum grupo parlamentar a vinda de um membro do Governo a esta Comissão, num direito de fiscalização ao Governo, a bancada do PS apoiará essa iniciativa, tal como o faz agora, condenando a interpretação que tem sido dada pelo Grupo Parlamentar do PSD a um direito que, na verdade, não tem, embora tenha o direito de votar contra quando entender.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Intervenho neste debate com alguma dificuldade, porque não conheço as razões do PSD que, segundo foi aqui referido, terão sido aduzidas à Câmara na anterior reunião da Comissão Permanente.

Reconheço, por outro lado, que a questão da presença de membros do Governo na Comissão Permanente pode oferecer alguma dúvida, muito embora seja claro que esta Comissão tem como função primeira (pelo menos é a primeira indicada no artigo 44.º do Regimento) o acompanhamento da actividade do Governo e da Administração. Logo, isto poderia constituir um sinal claro de que, nessa perspectiva, estaria dentro do normal e regular funcionamento da Comissão Permanente a presença de membros do Governo.

A questão que se põe com maior dificuldade é a de saber se a Comissão Permanente reproduz o Plenário e, então, a que título é que cá estaria um membro do Governo. Mas suponho que a Comissão Permanente não reproduz o Plenário, pois é uma comissão e, como tal, está sujeita ao disposto nos artigos 29.º, 30.º e 31.º do Regimento. Portanto, o membro do Governo estaria cá como em qualquer outra comissão, sendo certo que o funcionamento da Assembleia durante as férias é assegurado pela Comissão Permanente.

Há, porém, uma questão em relação à qual não posso deixar de manifestar a minha estranheza. Na verdade, estas dúvidas requerem uma jurisprudência interpretativa, mas essa jurisprudência tem de ser a nossa, a da Assembleia da República. Poupem-nos, pois, Srs. Deputados, à jurisprudência da maioria! Quer dizer, nós não temos nada que saber como é que VV. Ex.<sup>as</sup> pensam ou como é que não pensam. Temos é que registar como é que exprimem o vosso pensamento num determinado momento, porque VV. Ex.<sup>as</sup> devem reconhecer que nós prestamos sempre homenagem à vossa inteligência e que, portanto, estamos sempre na esperança de vos levar a actuar de maneira diferente daquela que actuaram num momento anterior quando a vossa actuação não foi, para nós, a pretendida ou a mais agradável. O jogo parlamentar é esse! É um jogo que deve ser o mais sincero e autêntico possível e não deve ser um «alto» jogo feito nos bastidores. A questão de termos que conhecer previamente qual é a vossa jurisprudência é, realmente, identificar o jogo parlamentar com o jogo de bastidores. Sabemos o que se passa aqui, porque argumentamos contra VV. Ex.<sup>as</sup> e VV. Ex.<sup>as</sup> argumentam, porventura, contra nós ou estamos todos de acordo e sai daqui uma jurisprudência.

Peço-lhes, pois, que, nesta matéria, nos poupem à jurisprudência da maioria! Fiquemos apenas com a jurisprudência da Assembleia.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Mendes Bota e Eduardo Pereira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Sr. Deputado Nogueira de Brito, em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que não queremos fazer «jurisprudência da maioria». Pensamos

que muitas vezes a jurisprudência da Assembleia reflecte uma maioria, que porventura até poderá ser o consenso global.

Temos um entendimento e uma interpretação acerca das competências da Comissão Permanente e pensamos que essas competências, expressas no Regimento, são, talvez, demasiado genéricas porque, quando se fala em acompanhar a actividade do Governo e da Administração, não se precisa exactamente em que moldes, como. Ora eu, em vez de fazer um apelo em homenagem à inteligência da maioria, farei um apelo em homenagem à memória do Sr. Deputado Nogueira de Brito e, então, perguntar-lhe-ei se, da sua memória de parlamentar experimentado, de longos anos com assento nesta Assembleia, se lembra se de facto, ao longo desses anos, a Comissão Permanente funcionou ou não e se tem sido norma genérica da Comissão Permanente — que funcionou desde o 25 de Abril até hoje — virem amiúde, durante o período do «defeso parlamentar» em que apenas funciona a Comissão Permanente, membros do Governo. Creio que só a título muito excepcional é que algum membro do Governo aqui veio.

Quando este assunto foi discutido em conferência de líderes alguns partidos da oposição realçaram: «Ah, mas já lá esteve, há não sei quantos anos, o Sr. Ministro Leonardo Ribeiro de Almeida!» Foi a tal excepção que não faz a regra, porque a regra é a de que, de facto, esta Comissão Permanente não tem trazido aqui o Governo para ser fiscalizado e acompanhado.

A questão que se pode colocar neste momento é a de saber se, durante todos estes anos, durante mais de dez anos, a Comissão Permanente e, por inerência, a Assembleia fugiram ao cumprimento da sua competência e obrigação, do seu direito e dever de fiscalizar e acompanhar a actividade do Governo durante o período do «defeso parlamentar».

A questão que aqui coloco muito claramente é a de saber se a jurisprudência não se faz também em função da experiência, do hábito, em função até da praxe parlamentar que, muitas vezes, é aqui invocada para servir de norma em termos de comum acordo quando a jurisprudência da Assembleia não está bem clara e temos de encontrar os consensos do funcionamento.

Sr. Deputado Nogueira de Brito, agradeço a sua homenagem à inteligência da maioria e deixo-lhe aqui o meu apelo em homenagem à sua memória de parlamentar experimentado desta Assembleia.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Deputado Nogueira de Brito, na realidade, podemos todos, até pela pouco frequência com que solicitamos a presença de membros do Governo, ter algumas dúvidas sobre o modo como funciona, quanto aos termos da presença, etc. . .

No entanto, há duas coisas que são certas: primeiro, o artigo 5.º do Regimento da Comissão Permanente fala no uso da palavra pelos membros do Governo, o que pressupõe que eles estejam presentes (porque pelo telefone já basta o Sr. Ministro Capucho, quando aqui se senta); segundo, o artigo 109.º do Regimento da Assembleia da República — que se aplica à solicitação da presença de membros do Governo nas comissões — não pode deixar de ser citado no caso da Comissão

Permanente. Se com o funcionamento do Plenário — que pode acompanhar, mesmo na área de uma comissão, os assuntos do Governo e, portanto, fiscalizar os seus actos — qualquer comissão pode solicitar a presença de um membro do Governo, por que é que, durante quatro meses de não funcionamento do Plenário a Comissão Permanente (que é a primeira das comissões) não se serve do artigo 109.º do Regimento para solicitar a presença de membros do Governo?

O Sr. Deputado Nogueira de Brito tem dúvida e perguntou como participam os membros do Governo. Como aqui está, isto é, participam por solicitação de alguém ou por sua iniciativa, dando os esclarecimentos que forem pedidos, aliás como acontece em qualquer outra comissão. Não há razão para não ser assim!

Os membros do Governo não têm vindo à Comissão Permanente ou porque não tem sido necessário ou porque não se estabeleceu esse princípio . . .

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Só agora é que é necessário! . . .

**O Orador:** — Pois claro que é necessário!

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Não estou a falar consigo!

**O Orador:** — Mas eu também não estou a responder-lhe, mas à sua bancada.

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Peço-lhe desculpa de o perturbar!

**O Orador:** — Não perturba nada.

Risos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, peço-vos o favor de não estabelecerem diálogo!

**O Orador:** — Sr. Deputado Mendes Bota, se há alguém que não me perturba é o senhor! Não tenha receio! . . .

Voltando ao que estava a dizer, mesmo que até agora esse princípio não tenha sido seguido, não vejo razão para que, num direito que a Assembleia tem de fiscalizar e que a bancada da maioria tem de levar o seu Governo a dar contas da forma como actua, não sejam os senhores os primeiros a pugnar pela vinda dos membros do Governo e sejam os senhores os primeiros a tentar impedir que os membros do Governo aqui venham dar conta do seu trabalho.

Neste quadro, pergunto se, depois destas observações, se mantêm algumas dúvidas que o Sr. Deputado Nogueira de Brito manifestou.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Deputado Eduardo Pereira, digo-lhe com toda a franqueza que as minhas dúvidas se mantêm . . .

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Muito obrigado!

**O Orador:** — ... e a minha resposta é em simultâneo para V. Ex.<sup>a</sup> e para o Sr. Deputado Mendes Bota, por muito estranho que isso possa parecer.

O Sr. Deputado Mendes Bota invocou a minha memória e a minha experiência. Fez bem, porque eu cuido muito da minha memória, embora com a idade ela me esteja a faltar, confesso.

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Não é verdade! Não apoiado!

**O Orador:** — É verdade! Cuido muito da minha memória, da coerência das minhas atitudes e das minhas posições, procuro não dizer hoje aquilo que não disse ontem, etc. Sou, talvez, até um pouco escravo nessa matéria ..., mas não me dou mal! ...

Agora, invocando a minha memória — e sou mais velho em idade do que na Assembleia, como não podia deixar de ser, quer dizer, não há proporção entre as duas coisas, pois só cá estou desde 1983 —, devo dizer — e a resposta é agora para si, Sr. Deputado Mendes Bota — que ao passado vou buscar isto: o funcionamento da Comissão Permanente é hoje inteiramente diferente do que era em 1983, 1984, quando aí participei. Reuníamo-nos num ambiente que era mais próximo do das comissões parlamentares e menos do do Plenário da Assembleia da República. Estava presente a comunicação social..., aliás, suponho que não estava a televisão, em relação à qual a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos manifestou hoje tanta preocupação — e todos temos que tê-la, na medida em que, como importante meio de comunicação social que é, é um meio de comunicação com o País —, mas apenas a imprensa escrita, com uma escassa representação. A Comissão Permanente tinha, pois, o estilo das comissões parlamentares.

Venho hoje aqui (já não vinha há muito tempo) e deparo-me com uma comissão permanente que tem o estilo de um plenário. Portanto, digo ao Sr. Deputado Mendes Bota isto: houve uma alteração grande das circunstâncias, pelo que não cabe invocar o passado. Não cabe! Temos de fazer jurisprudência nova, temos de ter em conta que a Comissão Permanente funciona de um modo diferente.

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Num estilo!

**O Orador:** — Evidentemente num estilo! Mas, repare, Sr. Deputado, o importante é que o mesmo Regimento dá para dois estilos completamente diferentes, além de que o Regimento não é o mesmo porque já estamos, neste momento, com o «Regimento do garrote» a funcionar.

**Vozes do PSD:** — Não apoiado!

**O Orador:** — Mas vamos por partes! O que acontece é que hoje temos uma duplicação do Plenário.

Agora vai a resposta para o Sr. Deputado Eduardo Pereira. Disse o Sr. Deputado, e bem — aliás, também eu já o tinha feito — que o regime de funcionamento da Comissão Permanente é o das comissões e, portanto, se está previsto que os membros do Governo venham às comissões, também devem vir à Comissão Permanente. De facto, essa linha parece-me correcta. Quando é que me surgiu a dúvida e por que é que perguntei sob que figura regimental é que o ministro vinha

à Comissão Permanente! Porque vi a Comissão Permanente transformada num miniplenário da Assembleia da República, porventura com tantos deputados como aqueles que algumas vezes estão presentes no Plenário! ...

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Bom, então diria, Sr. Deputado Eduardo Pereira: se a Comissão Permanente está transformada num Plenário, tem razão de ser invocar a figura regimental, porque os membros do Governo não vão ao Plenário senão sob a forma de figuras regimentais determinadas, isto é, ou para apresentar uma iniciativa ou para responder a perguntas dos deputados ..., iniciativas realmente muito configuradas. Isto significa apenas que estou confrontado com a questão e que, não tendo tido instruções partidárias nem proposto a iniciativa, estou livre a discutir aqui com VV. Ex.<sup>as</sup>, pois para mim não há bastidores nem retaguardas, neste momento. Penso que temos de descobrir uma nova jurisprudência ou justifica-se que tentemos construir uma jurisprudência.

Devo dizer que sou sensível a duas coisas, e adiante, desde já, a minha posição de voto. Primeiro, a questão do regime é importante e o regime é, apesar de tudo, o das comissões; segundo, deixar o Governo durante quatro meses, como V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Deputado Eduardo Pereira, disse, também é uma questão importante, muito embora tenhamos nesta matéria um expediente, que é o de requerer a convocação da Assembleia da República.

Mas aqui diria o seguinte à maioria: talvez seja mais fácil à maioria recusar a convocação de uma sessão plenária do que recusar a presença de membros do Governo na Comissão Permanente. Ponho isto à vossa ponderação e é nesta linha que são os apelos à inteligência. Talvez seja pior, do ponto de vista político, recusar a convocação do Plenário do que recusar a presença de um membro do Governo na Comissão Permanente. Por que é que os senhores não aceitam este expediente mais ímpres que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos nas suas...

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Dá-me licença que o interrompa?

**O Orador:** — Faça favor, Sr. Deputado Eduardo Pereira.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Sr. Deputado Nogueira de Brito, lembro-lhe até isto: é que se as solicitações de sessões plenárias forem constantes, a Comissão Permanente não cumpre o seu papel. É muito mais lógico que, em estilo de comissão, um Sr. Ministro, um pouco de acordo com a ordem dos trabalhos, de quando em quando, seja solicitado a vir à Comissão Permanente.

Para o bom funcionamento da Comissão Permanente e dentro daquilo que o Regimento da Assembleia da República lhe destina, esta Comissão não pode pedir constantemente que se convoque o Plenário. Portanto, evitariamos até isso.

**O Orador:** — Tem razão, Sr. Deputado Eduardo Pereira.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor de concluir, Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Orador:** — Concluo imediatamente, Sr. Presidente.

Também penso, Sr. Deputado Eduardo Pereira, que esse é um argumento a ponderar, pelo que farei o seguinte apelo à maioria, não me curo desta doença de fazer apelos à maioria; aliás, espero não me curar e ter razões para isso: que VV. Ex.<sup>as</sup> ponderem, designadamente, este argumento do Sr. Deputado Eduardo Pereira no sentido de a maioria colaborar na expressão de uma jurisprudência da Assembleia que fosse a de aceitar, porventura, o menor mal para o Governo, que VV. Ex.<sup>as</sup> protegem, naturalmente.

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Protegem, entre aspas!...

**O Orador:** — Mas o menor mal para o Governo seria mais aceitar vir à Comissão Permanente do que reunir extraordinariamente, o que seria pouco normal, como disse o Sr. Deputado Eduardo Pereira, e implicaria um ónus político maior, do ponto de vista de V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão do projecto de deliberação n.º 24/V, apresentado por Os Verdes.

Vamos votá-lo.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e votos a favor do PS, do PCP, do PRD, do CDS e de Os Verdes.*

Vai agora ser lido um relatório e parecer da Subcomissão Permanente.

**Foi lido. É o seguinte:**

#### Comissão Permanente

##### Relatório e Parecer

Em reunião da Comissão Permanente realizada no dia 29 de Setembro de 1988, pelas 16 horas, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP):

Jorge Manuel Abreu de Lemos (círculo eleitoral de Lisboa) por José Manuel Santos de Magalhães. Esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período de 23 dias, a partir do próximo dia 1 de Outubro, inclusive;

José Eduardo Linhares de Castro (círculo eleitoral de Coimbra) por Fernando Manuel Conceição Gomes. Esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período de três meses, a partir do próximo dia 1 de Outubro, inclusive.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelo aludido partido nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Subcomissão da Comissão Permanente: Soares Costa (PSD) — Jorge Sampaio (PS) — Maia Nunes de Almeida (PCP) — Marques Júnior (PRD).

Vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, está em apreciação o pedido do PCP para a convocação urgente do Plenário da Assembleia da República para uma sessão de perguntas ao Governo (n.º 9/V) centrado na política de rendimentos e preços, na taxa de inflação e na execução orçamental de 1988.

Antes de dar a palavra a quem a solicitar, lembro que a Mesa tem sido bastante generosa na concessão dos tempos mas, dado o adiantado da hora, a partir deste momento vai actuar com um pouco mais de rigor.

Peço, pois, aos Srs. Deputados que sejam parcisos em palavras.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo.

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta iniciativa do PCP vem na sequência de iniciativas anteriores que o PSD inviabilizou.

Como é conhecido, propusemos, em anterior reunião da Comissão Permanente, que o Sr. Ministro das Finanças fosse convidado a participar nos trabalhos da Comissão Permanente para prestar esclarecimentos sobre a política económica e financeira, nomeadamente quanto à política de rendimentos e preços, às medidas necessárias para compensar os trabalhadores em termos salariais do aumento da taxa de inflação, repor o poder de compra, impedir a diminuição da participação do rendimento nacional e ainda, também, para prestar esclarecimentos sobre a execução orçamental de 1988, nomeadamente no que se refere ao aumento da carga fiscal, quer quanto ao imposto complementar quer quanto ao IVA — e, como é sabido, dos dados já conhecidos para o imposto complementar deste ano prevê-se que os contribuintes vão pagar, no mínimo, em geral, mais de 40% do que o ano passado, o IVA este ano vai render mais de 100 milhões de contos do que o que está previsto no Orçamento do Estado para 1988 —, mas também quanto às consequências da falta de poder negocial e da incapacidade governamental na defesa dos interesses nacionais junto das instituições comunitárias.

Quanto à posição que o PSD tomou inviabilizando esta nossa solicitação do convite ao Sr. Ministro das Finanças para participar nos trabalhos desta Comissão, retomando a questão, propusemos, nos termos regimentais e ao abrigo do artigo 44.º, alínea c), do Regimento, que seja convocada a Assembleia da República no sentido de podermos realizar uma sessão de perguntas ao Governo, que essa convocação seja urgente e desde já, pela nossa parte, Grupo Parlamentar do PCP, indicamos que centraremos as nossas perguntas na política de rendimentos e preços, na evolução da taxa de inflação, na execução orçamental para 1988 e na necessidade de esclarecimento da Assembleia da República, aliás no cumprimento de uma lei desta Assembleia, dos aspectos negociais com as Comunidades Europeias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Consideramos que esta situação é urgente, que não devemos esperar pela abertura dos trabalhos parlamentares para que a Assembleia da República, através da Comissão Permanente, já que essa proposta foi inviabilizada pelo PSD, através do Plenário, usando a figura regimental da sessão de perguntas ao Governo e da convocação do Plenário, possa a Assembleia da República ser esclarecida de todos estes aspectos fundamentais da política económica e financeira do Governo e das desastrosas consequências dessa mesma política, do não cumprimento das metas que o Sr. Ministro das Finanças aqui garantiu irem ser cumpridas e que hoje, como todos sabemos, é claro que não foram. Não são cumpridas e o povo português está a pagar caro essa situação, nomeadamente os trabalhadores da função pública, os trabalhadores das empresas do sector empresarial do Estado e, de um modo geral, o povo português, através de uma política de rendimentos e preços que está a ter como consequência, no terceiro ano consecutivo, uma diminuição dos rendimentos do trabalho e da sua participação no rendimento nacional.

Pela nossa parte consideramos que é necessário desde já encarar muito seriamente este problema, que é demasiado urgente, por isso consideramos que o PSD deve votar favoravelmente a convocação urgente do Plenário da Assembleia da República para, desta forma, o País ser esclarecido.

Srs. Deputados do PSD, um outro argumento que tem sido aduzido pela vossa parte é o de que se pode esperar pelo início dos trabalhos parlamentares. Mas o Sr. Ministro das Finanças, ele próprio, tem sentido a necessidade de esclarecer o País de algumas das consequências das medidas que vai tomar, ele próprio se tem multiplicado em conferências de imprensa, em declarações aos órgãos da comunicação social, tentando justificar as consequências da sua desastrosa política económica e financeira. Então, nesse sentido, é ou não é urgente, por maioria de razão, que os deputados da Assembleia da República sejam esclarecidos directamente pelo Sr. Ministro das Finanças sobre tudo isto?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgamos que são mais do que suficientes as razões que invocámos para a convocação urgente do Plenário da Assembleia da República.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo, ouvi com atenção a sua intervenção.

V. Ex.º sabe que o CDS comunga das mesmas preocupações em relação à evolução da política económico-financeira do Governo, ainda hoje tivemos ocasião de, em intervenção antes da ordem do dia, manifestar essa grande preocupação no respeitante à evolução da inflação e aos seus reflexos na política de rendimentos, tendo em conta o que irá ser a previsível implementação do acordo de rendimentos e preços.

Também temos grande preocupação com o aumento da carga fiscal. Já várias vezes tivemos ocasião de dizer-lo, designadamente no que respeita ao imposto complementar — esse aumento como que constituiu um mau prefácio para a entrada em vigor da reforma fiscal de 1989.

É verdade o que a Sr.ª Deputada diz, mas tenho é que ser convencido para votar a vossa proposta, isto é, por que é que há urgência na convocação extraordinária da Assembleia da República para uma sessão de perguntas ao Governo? Que há razões para interrogar o Governo, não tenho dúvida, estou de acordo com a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo, mas por que é que convocamos urgentemente? Parafraseando um cantor muito conhecido e já falecido, será «para avisar a malta», isto é, «o que faz falta é avisar a malta». Acho que faz falta «avisar a malta» e na realidade acho que faz falta avisá-la, muito embora ela já esteja mais do que avisada porque já está a sentir os efeitos desta política no seu bolso.

Também sou de opinião que as contas que se estão a dar ao país deviam ser dadas nesta Assembleia. Mas que efeitos práticos vamos ter? Vamos convencer o Ministro das Finanças a apresentar-nos um orçamento suplementar? Vamos convencer o Ministro das Finanças a infletir alguns dos aspectos da sua política económica? Isto é, o que é que esperamos da sessão de perguntas ao Governo? O que é que o PCP espera da sessão de perguntas ao Governo, Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo? Que efeitos práticos esperamos obter? Situamos esses efeitos na implementação do acordo de rendimentos e preços?

Bom, são as respostas a estas interrogações que eu gostaria me fossem dadas pela Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo.

O Sr. Presidente: — Para responder, se o desejar, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, creio que estamos de acordo não apenas nos aspectos que o Sr. Deputado já frisou mas também na urgência deste debate.

O Sr. Deputado sabe quão importante é, por parte desta Assembleia da República, ser informada, de facto, das medidas de política económica que o Governo está a tomar, nomeadamente por parte do Ministério das Finanças, das consequências dessas medidas, mas também dos aspectos da execução orçamental, sobretudo em vésperas de debate de um novo Orçamento do Estado. Esta Assembleia não está a ser informada daquilo que se está a passar a não ser pela informação difusa que vai aparecendo na comunicação social ou por algumas declarações que o Sr. Ministro das Finanças vai fazendo em conferências de imprensa ou por estatísticas que vão sendo publicadas com os atrasos naturais e inerentes.

Por parte do Governo directamente, há muito que esta Assembleia não recebe qualquer informação e naturalmente nós começámos por propor, como o Sr. Deputado creio que sabe, que o Sr. Ministro das Finanças estivesse presente na Comissão Permanente.

Portanto, propusemos aqui que ele fosse convidado a estar presente na Comissão Permanente e se isso tivesse acontecido há quinze dias, naturalmente que neste momento disporíamos já de um maior número de esclarecimentos, de dados, de números e também certamente que cada um de nós — e provavelmente até o CDS — teria apresentado propostas alternativas, medidas concretas, soluções ao Sr. Ministro e ao Governo para infletir aspectos fundamentais da sua política que são desastrosos e que têm consequências tão graves, como o Sr. Deputado também referiu, para o povo português.

Ora, como o Sr. Deputado sabe, o PSD impediu isto, inviabilizou, porque, pura e simplesmente, votou contra, apesar de o Sr. Presidente da Assembleia da República até ter dito que concordava com a posição do PCP e que ia convidar o Sr. Ministro a estar presente nos trabalhos da Comissão Permanente. Mas quando fomos à votação, o PSD votou contra! ...

Ora, esta era a única via possível depois de esgotada essa possibilidade, porque nós consideramos que este problema é, de facto, pertinente, que deve merecer um debate, que tem de ser travado aqui, na Assembleia da República, visto que, por um lado, os deputados devem ser esclarecidos e, por outro lado, os grupos parlamentares também têm certamente propostas e sugestões a apresentar.

Pela nossa parte e desde já dizemos que temos propostas a apresentar e que queremos debatê-las com o Sr. Ministro, com o Governo, para pôr cobro a esta situação, para inverter o sentido desta política desastrosa de agravamento da carga fiscal e de diminuição do poder de compra dos trabalhadores.

Como já disse, nós temos propostas, que aliás já temos vindo a tornar públicas, mas que também queremos discutir com o Governo, com o Sr. Ministro aqui, na Assembleia da República, como é constitucional, como é regimental. Nesse sentido, achamos que não só a nossa proposta é mais do que regimental como é urgente e é perfeitamente pertinente, e espero ter convencido o Sr. Deputado Nogueira de Brito da pertinência desta nossa proposta.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Soares Costa.

**O Sr. Soares Costa (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não vou obviamente emitir qualquer juízo de valor sobre a relevância das razões que levam o Partido Comunista Português a solicitar ou a propor a convocação urgente e extraordinária do Plenário da Assembleia da República para uma sessão de perguntas ao Governo centrada nas questões de política de rendimentos e de execução orçamental.

Não é este o momento e julgo que não deveríamos sequer emitir juízos de valor sobre essa questão, mas também me parece que não é oportuno emitir qualquer juízo sobre a questão levantada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada, ou mencionada pelo menos, da necessidade que o Sr. Ministro das Finanças tem sentido de esclarecer por

diversas formas a opinião pública. Das necessidades do Sr. Ministro, obviamente ele é que sabe — e não me vou pronunciar sobre elas ...

Suponho que o que está em causa, fundamentalmente, é uma questão de oportunidade de se fazer essa convocação extraordinária do Plenário da Assembleia da República.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo, peço-lhe que considere também as razões pelas quais o PSD entende que não é este o momento oportuno para fazer uma convocação do Plenário para este fim e elas são fundamentalmente as seguintes: em primeiro lugar, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe, mesmo que a convocatória fosse urgente, a realização do Plenário iria ter lugar muito poucos dias ...

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — Na próxima semana! Mais de quinze dias antes!

**O Orador:** — Certo, mas só são alguns dias antes do início normal dos trabalhos parlamentares e suponho que o povo português entenderia mal que se convocasse um Plenário extraordinário da Assembleia da República poucos dias antes do início normal dos trabalhos parlamentares, sendo certo que são conhecidos os custos que envolve uma convocatória extraordinária da Assembleia da República.

Em segundo lugar, Sr.<sup>a</sup> Deputada, lembraria também — e isso é do conhecimento da Comissão Permanente — que logo no início dos trabalhos da 2.<sup>a</sup> sessão legislativa vamos ter uma interpelação já aqui anunciada e requerida pelo Partido Socialista, em matéria que obviamente é interdependente daquela sobre a qual os Srs. Deputados do Partido Comunista pretendem interpellular ou fazer perguntas ao Sr. Ministro das Finanças.

Por outro lado, lembraria ainda que as razões que nos levaram a inviabilizar o vosso pedido para que o Sr. Ministro viesse aqui à Comissão Permanente são bem claras e resultam da nossa interpretação, obviamente, do artigo 44.<sup>º</sup> do Regimento, em conjugação com o Regimento da própria Comissão Permanente.

É óbvio que os membros do Governo aqui podem estar a usar da palavra no período da ordem do dia, é isso que está no Regimento, e daí não se pode concluir que seja competência da Comissão Permanente convocar os Srs. Membros do Governo a virem aqui, porque o exercício de acompanhamento da actividade do Governo que está consignado na alínea a) do artigo 44.<sup>º</sup> do Regimento se pode fazer e muito bem e se calhar muitas vezes com proveito, sobretudo em matérias de âmbito de discussão técnica, autorizando o funcionamento das respectivas comissões.

Portanto, o PSD entende que não é oportuno e não dará o seu acordo à convocação antecipada do Plenário, mas está disponível, e declara-o com toda a clareza, que se os Srs. Deputados, nomeadamente aqueles que são membros da Comissão de Economia, Finanças e Plano, entenderem que é oportuno autorizar a convocação e o funcionamento desta Comissão, daremos o nosso acordo nesse sentido e por aí, por esse mecanismo, fica aberta a possibilidade, certamente de forma mais útil, na nossa perspectiva, de fazer-se a audição ao Sr. Ministro das Finanças em sede da respectiva comissão parlamentar.

Aliás, entendemos que antes do início dos trabalhos parlamentares se justifica por vezes — e isso suponho que toda a gente entenderá — que as comissões especializadas da Assembleia da República iniciem os seus trabalhos algum tempo antes, porque isso só favorece os trabalhos parlamentares e melhora a eficácia no sentido de assim se preparar o início dos trabalhos parlamentares para o qual o Partido Social-Democrata dará o seu acordo a fim de que, por essa via, se encontre uma forma, no nosso entender, correcta e justificada e se dê satisfação às pretensões do Partido Comunista Português.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo.

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — Quando o Sr. Deputado Soares Costa falou da falta de oportunidade da nossa proposta de convocação do Plenário, o Sr. Deputado esqueceu uma questão ou, pelo menos, entrou em contradição com uma posição que o PSD teve, há quinze dias, quando propusemos que o Sr. Ministro das Finanças viesse a esta Comissão Permanente — sem convocação do Plenário — participar nessa reunião, de forma a prestar os esclarecimentos que os Srs. Deputados quisessem fazer.

De facto, cada vez entendo menos por que é que o PSD votou contra essa nossa proposta. Face à argumentação que o Sr. Deputado neste momento aqui apresentou em nome do PSD, pergunto por que é que, afinal, o PSD votou contra o convite feito ao Sr. Ministro das Finanças a fim de participar nos trabalhos da Comissão Permanente.

A segunda questão que se levanta é a tal questão regimental que já aqui foi tão esgrimida hoje como em anteriores reuniões da Comissão Permanente.

Ó Sr. Deputado, convido-o a ler o artigo 5.<sup>º</sup>, n.<sup>º</sup> 2, do Regimento da Comissão Permanente da Assembleia da República, sobre o uso da palavra, que diz o seguinte: «no período da ordem do dia nenhum deputado ou membro do Governo poderá, sobre a mesma matéria, usar da palavra por mais duas vezes nem por tempo global superior a dez minutos».

Então, Sr. Deputado, por que é que os senhores estiveram de acordo que este n.<sup>º</sup> 2 do artigo 5.<sup>º</sup> constasse do Regimento da Comissão Permanente da Assembleia da República, se é vosso entendimento que os membros do Governo não devem estar presentes nas reuniões da Comissão Permanente?

Além disso, Sr. Deputado, como sabe — e já há pouco isso foi aqui referido — a alínea *a*) do artigo 44.<sup>º</sup> diz que «compete à Comissão Permanente acompanhar a actividade do Governo e da Administração». Mas esta Comissão, como Comissão Permanente que é — como V. Ex.<sup>a</sup> bem sabe —, tem regras regimentais idênticas às que constam do artigo 109.<sup>º</sup> quanto à participação de membros do Governo nos trabalhos da Comissão e o n.<sup>º</sup> 1 desse artigo diz que «os membros do Governo podem participar nos trabalhos das comissões a solicitação destas ou por sua iniciativa». Então, pergunto-lhe, uma vez mais, Sr. Deputado, por que é que o PSD impediu que o Sr. Ministro das Finanças viesse a esta Comissão Permanente se agora diz que a Comissão de Economia, Finanças e Plano até pode reunir.

Os senhores estão disponíveis a apresentar essa proposta, dizendo expressamente que a Comissão de Economia, Finanças e Plano deve reunir urgentemente para ouvir o Sr. Ministro das Finanças, por exemplo, na próxima semana?

É isso? Os senhores vão apresentar essa proposta no sentido de essa Comissão poder reunir na próxima semana para ouvir expressamente o Sr. Ministro das Finanças?

São, pois, estas questões que lhe deixo, Sr. Deputado.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Soares Costa.

**O Sr. Soares Costa (PSD):** — Sr.<sup>a</sup> Deputada Ilda Figueiredo, suponho que a resposta pode dar-se simultaneamente às duas questões que levantou.

Em primeiro lugar, pergunta concretamente por que é que, há oito dias, o PSD inviabilizou a proposta do PCP no sentido de solicitar a vinda do Sr. Ministro das Finanças à Comissão Permanente. Quanto a isto, responder-lhe-ei com uma outra pergunta: por que é que o Partido Comunista Português, logo nessa altura, não propôs que se autorizasse o funcionamento imediato da Comissão de Economia, Finanças e Plano para esse fim?

Sr.<sup>a</sup> Deputada, da nossa parte, se tivessem posto a questão dessa maneira, a resposta teria sido exactamente a mesma que demos quando os senhores solicitaram que se autorizasse o funcionamento imediato da Comissão de Agricultura e Pescas. Além disso, seria exactamente a mesma posição que tomámos quando demos o nosso acordo — que, aliás, foi consensual de todos os grupos parlamentares — para que se autorizasse o funcionamento imediato da 10.<sup>a</sup> Comissão, relativamente ao problema do Chiado.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada . . .

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — Sr. Deputado, permite-me que o interrompa?

**O Orador:** — Ia terminar já, mas . . . faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — Sr. Deputado, a questão que coloco não é essa.

**O Orador:** — É essa, é!

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — A questão que coloco é a de saber se os senhores não só estão de acordo que reúna a Comissão mas que ela reúna expressamente para ouvir o Sr. Ministro, o que é uma questão diferente.

**O Orador:** — Eu já ia a essa parte, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

**A Sr.<sup>a</sup> Ilda Figueiredo (PCP):** — E isto porque, então, como nós podemos substituir os membros, na Comissão Permanente, se os senhores tivessem votado a nossa proposta . . .

**O Orador:** — Mas não votámos!

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — . . . , podíamos ter resolvido essa questão há oito dias e não precisávamos de estar aqui a perder tempo noutra discussão.

Por isso, não entendo a posição do PSD!

**O Orador:** — Na realidade, estamos na mesma! O que a Sr.ª Deputada está a perguntar é por que razão votámos contra a vossa proposta, e aquilo que eu estou a dizer é que se a vossa proposta tivesse sido outra nós teríamos, imediatamente, dado o nosso consenso, tal como fizemos em relação aos outros dois projectos de deliberação.

Gostaria também de abordar a segunda questão que a Sr.ª Deputada referiu e que tem a ver com o mandato a dar à Comissão de Economia, Finanças e Plano. Se, efectivamente, alguém propuser que essa Comissão reúna, votaremos favoravelmente tal iniciativa. No entanto, a questão que se coloca é a de saber qual o mandato que se dá à Comissão — aliás, como se fez para a 10.ª Comissão, em que foi expressa uma determinada orientação. Neste caso, poderemos fazê-lo ou deixar esse assunto ao critério da própria Comissão de Economia e Finanças para que requeira, imediatamente, a vinda do Sr. Ministro das Finanças, tal como foi feito em relação à Comissão de Agricultura e Pescas — aliás, devo dizer que o Grupo Parlamentar do PSD, hoje de manhã na reunião dessa Comissão, foi o primeiro a propor que se deliberasse no sentido de solicitar a vinda do Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação ou de outro membro do Governo da área que envolve as matérias que estavam em preocupação da Comissão. Portanto, o nosso procedimento será sempre o mesmo, coerente e igual em situações idênticas.

Em relação ao problema da presença de membros do Governo na Comissão Permanente e do seu uso da palavra, gostaria de dizer que, tal como consta do n.º 2 do artigo 5.º do Regimento da Comissão Permanente, os membros do Governo podem usar da palavra se estiverem presentes. Ora, daqui não se pode tirar a conclusão de que sejam obrigados a estar presentes, mas, sim, que os membros do Governo podem estar e então, se estiverem, poderão usar da palavra.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Mas se os senhores impedem que eles cá venham!

**O Orador:** — Este n.º 2 do artigo 5.º do Regimento da Comissão destina-se, fundamentalmente, a impor regras sobre o uso da palavra e o tempo disponível. Não é um artigo que expressamente justifique que a Comissão Permanente tem poderes — e na nossa óptica não tem — para pedir aos Srs. Membros do Governo que cá venham. Este artigo é para um fim completamente diferente: basta lê-lo!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

**O Sr. Jorge Sampaio (PS):** — Sr. Presidente, antes de fazer a intervenção que todo este debate me está a suscitar e depois de ouvir este diálogo entre a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo e o Sr. Deputado Soares Costa, gostaria de fazer a seguinte pergunta ao PSD: o PSD propõe ou não a reunião imediata e urgente da Comissão de Economia, Finanças e Plano com o objectivo taxativo de ouvir o Sr. Ministro das

Finanças sobre as matérias que aqui estão a ser versadas? Penso que era bom que esta pergunta se fizesse, com a frontalidade, com a simpatia que ela encerra, para que este debate tivesse o mínimo de sentido e não andássemos, com toda a franqueza, no decurso deste último mês, a dizer na semana seguinte o que poderíamos ter dito na semana anterior com a facilidade que isso representaria para a economia do nosso tempo e para a transparência deste processo. Pensamos que não tem qualquer sentido dizer, passados oito dias, o que dissemos na semana anterior.

Do ponto de vista do sistema constitucional português, em que há uma Comissão Permanente que é suposta assegurar, em substituição, o funcionamento do Plenário, que em princípio tem como cronologia da sua actividade o tempo compreendido entre o dia 15 de Junho e 15 de Outubro (ou seja quatro meses) e que, nos seus princípios gerais, tem como função a fiscalização dos actos do Governo e da cooperação institucional e constitucional entre os vários órgãos de soberania, pensamos que é completamente impossível conceber que, durante quatro meses, não haja qualquer figura natural, normal e pacífica ao abrigo da qual um ministro possa vir esclarecer a Comissão Permanente sobre uma matéria que, obviamente, é do interesse geral dos Portugueses.

Consideramos que isto é incomparável com o sistema constitucional português e com qualquer sistema democrático parlamentar. Mesmo em tempo de recordes das Olimpíadas, não há, certamente, nenhuma democracia parlamentar onde, em matéria desta natureza, haja um governo que esteja quatro meses imune a qualquer fiscalização parlamentar e em que seja tão difícil esta coisa comezinhas que é um membro do Governo vir esclarecer uma comissão, quando por toda a parte deve ser fomentado o contraditório parlamentar e não o diálogo a uma só voz em que, infelizmente, se tem especializado o Sr. Ministro das Finanças com os excessos que, infelizmente para a Nação, têm vindo a público.

Portanto, Sr. Presidente, volto à minha pergunta inicial, e penso que o problema, depois, é saber o que é que o PCP fará quanto a este assunto. Pela nossa parte, requeremos uma interpelação, que não tem nada a ver com esta matéria, porque era uma figura regimental precisa, mas isto não exclui a utilização de outras figuras regimentais.

Srs. Deputados, andamos neste debate há três semanas, faltam cerca de quinze dias até ao funcionamento normal do Plenário, não se sabe quando é que vai ser agendada a interpelação (aliás, espera-se que seja nos primeiros dias parlamentares), e, todavia, durante cerca de um mês não foi possível, mesmo por cinco ou dez minutos, ouvir — e o País também — o Sr. Ministro das Finanças não a esclarecer por aí, como anda a fazer, mas a ter, ao menos, a ombridade política e parlamentar de vir ~~de~~ democraticamente ao contraditório parlamentar para que acabe a falácia terrível de se dizer que quando a oposição faz perguntas e críticas sobre a matéria económica e financeira fala porque não tem dados. No entanto, quando a oposição quer saber as informações sobre a execução orçamental e sobre as perspectivas estratégicas do Governo em matéria de inflação e desenvolvimento, não é possí-

vel fazer com que o Sr. Ministro das Finanças venha ao sítio constitucional e institucionalmente previsto para que esse contraditório parlamentar e essa informação tenham lugar.

Portanto, para o PS é perfeitamente compaginável com o sistema constitucional que a Comissão Permanente chame aqui o Sr. Ministro das Finanças para esclarecer sobre uma matéria que, a requerimento de qualquer grupo parlamentar, é suscitada, convoque extraordinariamente o Plenário para analisar matéria desta importância e que toca a todos os portugueses e saiba — e não temos que escolher a «ementa», pois está ao dispor — se o Sr. Ministro das Finanças vem na próxima semana à Comissão de Economia e Finanças (e anda-se há um mês a falar nisso) para dar os esclarecimentos que entender.

A pergunta que é devolvida ao PSD, independentemente de qualquer outro debate constitucional, é a de saber se o PSD está ou não na disposição de apresentar aqui uma proposta para resolver este diferendo constitucional para que acabe a falácia, a intransparência e a impossibilidade manifesta, verdadeira e real de uma oposição parlamentar interrogar qualquer membro do Governo sobre uma matéria que é do interesse de todos os portugueses.

Espero convictamente que o PSD, em vez de estar à espera que quinzenal ou semanalmente se procure a figura regimental que possa servir aos momentos que o PSD vai vivendo — consoante a sua interpretação do Regimento —, venha dizer aqui, claramente, que está na disposição de fazer com que o Sr. Ministro das Finanças, que tem muito a esclarecer, e uma política que, com certeza, tem muita honra em defender, venha esclarecer essa política na Comissão de Economia, Finanças e Plano, na próxima semana, sob proposta do PSD, a qual todos nós sufragaremos com muita emoção.

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Soares Costa.

**O Sr. Soares Costa (PSD):** — Sr. Deputado Jorge Sampaio, o meu pedido de esclarecimento é muito simples. No fundo, tendo nós aqui declarado, e com toda a clareza, que estamos dispostos, se os deputados entenderem que a Comissão de Economia e Finanças deve reunir de urgência e com o mandato expresso de ouvir o Sr. Ministro das Finanças, a votar favoravelmente essa proposta, então por que razão ela não aparece por parte dos grupos parlamentares da oposição que tanto interesse têm mostrado em ouvir o Sr. Ministro das Finanças? Pela nossa parte, já declarámos que estamos absolutamente disponíveis para acompanhar essa proposta e, isso sim, privilegiará ...

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Então, faça essa proposta!

**O Orador:** — Mas a urgência é vossa! No entanto, nós viabilizaremos imediatamente a proposta e suponho que essa será uma decisão que sairá desta Comissão Permanente por unanimidade. Não vale, pois, a pena estar a perder mais tempo. Não se trata de falácias nem de perdas de tempo; vamos é ser eficazes e, para isso, vamos por este caminho, que, suponho, permite dar satisfação a todos os grupos parlamentares.

Como disse há pouco, só tenho pena que o Partido Comunista não tenha começado por fazer essa proposta porque, se assim fosse, já há oito dias, este problema poderia estar resolvido.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

**O Sr. Jorge Sampaio (PS):** — Sr. Presidente, gostaria apenas de assinalar que não tenho qualquer esclarecimento a prestar ao Sr. Deputado Soares Costa, como ele facilmente concluirá como pessoa inteligente que é.

A ideia voluntária do PSD no sentido da sua disponibilidade para a convocação da Comissão de Economia, Finanças e Plano foi do PSD e eu estava à espera que este partido concretizasse essa ideia, que permitiria resolver este problema. Não tenho mais nada a esclarecer.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

**O Sr. Marques Júnior (PRD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na sequência da intervenção que o PRD fez quanto a um projecto de deliberação que já foi discutido nesta Casa e que foi chumbado pelo PSD, gostaria de dizer que, do nosso ponto de vista objectivo, afigura-se-nos um pouco a despropósito a convocação de uma sessão plenária para discutir, com urgência, este assunto, tal como o PCP invocou. A verdade é que esta convocação — é bom sublinhá-lo — surge como recurso a uma outra situação que não passou nesta Casa. Não pretendo defender a proposta do PCP, mas a minha interpretação dessa proposta — aliás, está expresso — é a de dirigir um convite ao Sr. Ministro das Finanças no sentido de tomar parte nos trabalhos da Comissão Permanente. Ora bem, foi este convite ao Sr. Ministro das Finanças para tomar parte nos trabalhos da Comissão Permanente que o PSD não viabilizou.

Parece-nos que o PSD fez mal, porque não permitiu que se processasse aquilo que, do nosso ponto de vista, é perfeitamente natural e que era, neste período, o Sr. Ministro das Finanças vir à Assembleia da República para — como, aliás, teve oportunidade de dar várias conferências de imprensa e informações a vários níveis e a vários títulos — poder, em termos institucionais, relacionar-se, de uma forma normal, com a Assembleia da República (sabendo que esta, não estando o Plenário reunido, tem reunida a sua Comissão Permanente) e informá-la das medidas que tomou, dos objectivos que se propõe, das correcções que pretende fazer, etc.

Pensamos que o Governo deveria ter todo o interesse em privilegiar este relacionamento institucional e, desse ponto de vista, pensamos que estaria completamente ultrapassado este diferendo, que, como muito bem disse o Sr. Deputado Jorge Sampaio, é algo que nos arrasta, que nos limita e que nos desgasta, podendo, eventualmente, acontecer o que o PSD hoje invoca e que é o facto de o Plenário, a reunir-se, fazê-lo poucos dias antes do inicio normal dos trabalhos parlamentares. De facto, esta proposta no sentido de o Sr. Ministro das Finanças participar nos trabalhos da Comissão Permanente foi feita há quinze dias e a verdade é que a

Comissão não pode, de maneira alguma, ignorar esta questão na medida em que a dúvida que hoje se coloca a todo o cidadão é a de saber o que é esta coisa da inflação, qual vai ser o poder de compra dos trabalhadores portugueses, que perda vão eles ter, a questão dos impostos, e não aquelas figuras muito retóricas e muito bonitas que invocamos.

Temos de ter a consciência de que o problema que hoje afecta os trabalhadores portugueses é real, eles estão sensibilizados para ele, porque tem sido suscitada a sua atenção através dos vários órgãos de comunicação social e das várias intervenções que os membros do Governo têm feito. É perfeitamente natural e normal que a Assembleia da República, no cumprimento estrito do seu dever, tenha este relacionamento com o Governo para ser informada sobre as medidas que o Governo se propõe tomar e as correcções que pretende fazer.

Nesse sentido, o PRD apoia a proposta apresentada pelo PCP de convocação do Plenário na medida em que esta proposta é o último recurso que foi encontrado para fazer com que a Assembleia da República não abdique por completo do cumprimento dos seus deveres constitucionais.

O Sr. Deputado Nogueira de Brito perguntou que efeitos práticos vamos ter desta sessão e o que esperamos da sessão de perguntas ao Governo. Esta é uma interrogação que, de facto, a Assembleia da República tem. Já a teve na sessão legislativa anterior e é legítimo que a tenha na próxima sessão legislativa, mas penso que ninguém conseguirá dar resposta ao Sr. Deputado Nogueira de Brito à pergunta pertinente que fez. As únicas pessoas que poderão dar respostas — e mais uma vez — é, neste caso, o PSD e o Primeiro-Ministro.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa e vão ser lidos um requerimento, apresentado pelo CDS, e uma proposta, apresentada pelo PCP.

*Foram lidos. São os seguintes:*

#### Requerimento, apresentado pelo CDS

Propõe-se que a Comissão Permanente delibere no sentido de convocar a Comissão de Economia, Finanças e Plano para a próxima semana, a fim de ouvir o Sr. Ministro das Finanças sobre os recentes desenvolvimentos da política económico-financeira.

#### Proposta, apresentada pelo PCP

A Comissão Permanente da Assembleia da República, reunida no dia 29 de Setembro de 1988, delibera:

Convocar a Comissão de Economia, Finanças e Plano para reunir urgentemente na próxima semana com o mandato expresso de ouvir o Sr. Ministro das Finanças sobre a política de rendimentos e preços, a evolução da taxa de inflação e a execução orçamental de 1988.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — A nossa proposta é mais completa!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, temos de submeter à votação o requerimento.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Não são requerimentos, mas projectos de deliberação!...

Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Presidente, pelo menos no que respeita a um dos requerimentos, ele é sucedâneo da proposta que o PCP apresentou e que diz respeito à convocação de uma reunião plenária da Assembleia, enquanto o nosso não é, pelas razões que vou exprimir na intervenção que farei daqui a pouco.

De qualquer forma, há uma sequência lógica nestes trabalhos e suponho que devemos ouvir as intervenções que ainda há a fazer e depois votar a proposta de convocação do Plenário da Assembleia da República tendo em vista uma sessão de perguntas ao Governo.

Suponho que a Comissão Permanente não se oporá a que os requerimentos que foram há pouco lidos sejam votados depois, mas gostaria de fazer uma intervenção sobre essa matéria.

**O Sr. Presidente:** — Também para interpelar a Mesa, tem a palavra a Sr.ª Deputado Ilda Figueiredo.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Sr. Presidente, é nosso entendimento que quer o documento entregue pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito quer o documento entregue por nós são projectos de deliberação. É esse o entendimento que temos.

Nesse sentido, consideramos que eles devem ser votados posteriormente, na sequência dos nossos trabalhos.

Desde já, afirmamos que a entrega deste nosso projecto de deliberação se faz sem prejuízo da votação do projecto de deliberação que está em debate e sem prejuízo, naturalmente, de todas as intervenções acerca desse assunto. O nosso objectivo é ouvir o Sr. Ministro das Finanças, é concretizar aquilo que há três semanas andamos a tentar fazer e, para isso, estamos abertos ao encontrar de soluções. No entanto, está em debate uma proposta regimental, que está na ordem dos trabalhos, e é nesse sentido que pretendemos levar até ao fim este debate e a consequente votação da deliberação que apresentámos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, de facto, deu entrada na Mesa um requerimento e uma proposta e não há dúvida que o requerimento tem de ser submetido imediatamente à votação. Agora se os seus autores os retiram e apresentam na Mesa um projecto de deliberação, então encerraremos o debate que tem estado a ser travado quando for produzida a última intervenção, votaremos o que está em causa e abriremos a discussão para o projecto de deliberação que foi agora apresentado à Mesa.

**A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP):** — Exactamente! .

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Mui bem, transforma-se em projecto de deliberação para ser votado oportunamente, Sr. Presidente!

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Sr. Presidente, de facto, é no sentido de esclarecer qual o significado e qual a forma que assumem esses documentos que deram entrada na Mesa, pois se forem projectos de deliberação, creio que terão de ser agendados.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Isto é o cúmulo!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, esse problema já está esclarecido. Os autores transformaram os documentos — o requerimento e a proposta — em projectos de deliberação.

O Sr. Mendes Bota (PSD): — Exacto, portanto, perde-se mais uma semana com essa...

*Protestos do PS e do PCP.*

Os Srs. Deputados estão muito nervosos! Estejam descansados, pois apenas queremos salvaguardar que não passe mais uma semana, para que não seja atirado para cima do PSD o ónus desta situação.

Estamos dispostos a viabilizar, já hoje, a vinda do Sr. Ministro das Finanças à Comissão de Economia e Finanças e Plano, mas, sob a forma de interpelação à Mesa, apenas queremos esclarecer qual a formalidade que assumem os documentos que estão na Mesa, com todas as consequências.

É preciso que a posição do PSD fique muito clara. Os Srs. Deputados não fiquem perturbados, terão tempo de ficar perturbados quando o Sr. Ministro das Finanças, na respectiva comissão, vos esmagar com o peso dos seus argumentos.

*Risos.*

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, acho que devemos facilitar os trabalhos e agora, sob pena de alguma incoerência, vou dizer que encaro este conjunto de propostas como sucedâneo em relação ao projecto do PCP, mas também não é incompatível que o Sr. Ministro venha à Comissão e venha ao Plenário.

Sr. Presidente, para não haver problemas, transformo novamente o meu projecto de deliberação em requerimento, votamo-lo já, por sugestão até do Sr. Deputado Reinaldo Gomes, e o PCP fará como entender em relação ao seu projecto. De qualquer forma, devemos continuar, quando V. Ex.<sup>a</sup> entender, a discussão da proposta do PCP de convocação extraordinária da Assembleia, ficando, portanto, as duas coisas. Até era bom que, se houvesse convocação extraordinária, o Sr. Ministro das Finanças viesse primeiro à Comissão e depois ao Plenário. Não era mau.

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

Penso que o Sr. Deputado Nogueira de Brito acabou por introduzir aqui uma grande confusão, porque quer o requerimento quer a proposta não tratam da matéria que estamos a discutir, ou seja, as perguntas ao Governo que o PCP requereu. E nem faz grande sentido que se tome uma outra deliberação sem resolver antes esta questão, porque o PSD está, a todo o tempo, e até espero que o faça, em condições de votar favoravelmente as perguntas ao Governo propostas pelo PCP.

Estamos a discutir uma matéria, não acabámos de a discutir, temos de a votar e depois é que fará sentido que se vote o seu requerimento. A não ser assim, Sr. Deputado, o requerimento poderia ter o sentido de uma manipulação do resultado que poderíamos obter, o que não é o caso, mas que tem de ficar claro, pelo que tem de ser votado na altura devida e não agora.

Srs. Deputados, se o requerimento não tivesse dado entrada na Mesa, mas só depois de encerrada a discussão da matéria em causa, ele seria votado depois da proposta de convocação extraordinária do Plenário. O que é verdade é que deu entrada na Mesa um requerimento e esta tem de lhe dar andamento.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente, o requerimento não pode de forma nenhuma, não sendo sobre esta matéria, prejudicar o seu natural debate. Estamos a discutir as perguntas ao Governo propostas pelo PCP, a serem feitas no Plenário da próxima semana, e ainda não acabámos!

O Sr. Deputado Nogueira de Brito já pediu a palavra para falar sobre isto, mas ainda não falou! Como também não votámos, só depois é que faz sentido o requerimento ser discutido.

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Maia Nunes de Almeida.

O Sr. Maia Nunes de Almeida (PCP): — Sr. Presidente, é relativamente à questão que estamos a abordar, sobre a qualificação do documento entregue pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito.

É que não é difícil constatar que não pode ser um requerimento, ou qualificado como tal, porque requerimentos são apenas os pedidos dirigidos à Mesa respeitantes ao processo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto e sobre o funcionamento da reunião. Só isto é que são requerimentos, tudo o resto não são.

Por isso, o documento está mal qualificado, não é um requerimento, não pode ser um requerimento, é um projecto de deliberação e como tal deve ser votado. Assim sendo, um projecto de deliberação como deve ser se posteriormente...

*Protestos do PSD.*

Isso é uma questão que os Srs. Deputados do PSI resolverão... Se quiserem protelar novamente o assunto por mais uma semana... Agora o que não podemos estar a qualificar uma coisa que não pode ser qualificada como tal. O resto é uma questão vossa, um problema vosso!

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Sr. Presidente, na sequência da interpelação do Sr. Deputado Maia Nunes de Almeida, queria afirmar que para o PSD não se trata de uma questão de vontade ou de falta de vontade, do cumprimento escorreito do Regimento e do seu cumprimento formal, tal como V. Ex.<sup>a</sup> acaba muito bem de invocar.

Não se pode querer invocar o cumprimento escorreito do Regimento para umas coisas e não o querer invocar para outras.

Portanto, não temos nenhum problema em resolver esta questão. Procuraremos dar-lhe uma solução expedita, assim como estamos perfeitamente abertos a aceitar a formulação que o Sr. Deputado Nogueira de Brito quiser, para ultrapassar as questões formais que aqui são secundárias e entrar nas questões sérias, pois temos aqui uma forma expedita de resolver o assunto.

De resto, não venham acusar-nos ...

**O Sr. Maia Nunes de Almeida (PCP):** — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

**O Orador:** — Faça falar, Sr. Deputado.

**O Sr. Maia Nunes de Almeida (PCP):** — Sr. Presidente, com a permissão da interrupção e também com a autorização da Mesa, queria colocar apenas esta questão ao Sr. Deputado: em anterior reunião, foram apresentados aqui projectos de deliberação sobre um determinado assunto, refiro-me à questão do Chiado, e por consenso resolvemos fazer um novo projecto de deliberação que a Assembleia votou ...

**O Sr. Duarte Lima (PSD):** — Com conferência de líderes pelo meio, que eu me lembre!

**O Orador:** — Não! Não houve conferência de líderes, mas sim uma reunião, se bem que informal.

Neste caso, se quiserem fazer uma pequena reunião de trabalho façam-na, para que se dê continuidade àquilo que se pretende, ou seja, que o Sr. Ministro das Finanças venha prestar esclarecimentos à Assembleia e ao País.

**O Sr. Presidente:** — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Presidente, interpele a Mesa com este sentido: como é que a Mesa vai resolver este imbróglio, pois parece que a forma voltou a ganhar sobre a substância? E é isto que o País muitas vezes não percebe, porque parece que todos queremos determinado efeito e depois embrulhamo-lo de tal maneira que, efectivamente ... Bem, mas a forma ganhou, estamos já impossibilitados de deliberar qualquer coisa, e isso é negativo e prejudicial.

Suponho que o melhor é — e não há problema nenhum nisso — transformar o requerimento num projecto de deliberação. Estou de acordo, pois formalmente é assim e, depois, vai pôr-se a questão de se saber se há ou não consenso para que o projecto de deliberação seja votado.

Se houver consenso para que o projecto de deliberação seja votado, ele será votado, pois é regimental que por consenso se evite o seu agendamento apenas através da conferência de líderes.

Portanto, é regimental, não é contra o Regimento, não é uma irregularidade regimental e está aberto o processo.

Vamos, pois, andar para a frente depressa, acabar o debate da questão do PCP e depois saber se a Comissão Permanente, por consenso, ou, antes, se os vários partidos, por consenso, aceitam votar hoje esse projecto de deliberação. Se não, não aceitam, acabou-se ... mal, mas acabou!

**O Sr. Presidente:** — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Bota.

**O Sr. Mendes Bota (PSD):** — Sr. Presidente, é para informar que o PSD dará o seu consentimento a que os projectos de deliberação sejam votados hoje.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, ainda sobre a proposta do PCP de convocação extraordinária da Assembleia, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha intervenção será muito rápida, mas não posso deixar de expor as razões em relação à proposta do PCP.

Em primeiro lugar, quero congratular-me com todo o sentido deste debate. E porquê? Porque o PSD — a maioria — acaba de prestar homenagem à oposição e à eficácia da Assembleia da República. E porquê? Por esta razão muito simples: no fundo a posição do PSD é a da chamada «defesa do defeso».

*Risos.*

Isto é, o PSD defende que haja um período de defeso em relação à crítica política do Governo, defeso ...

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — De doze meses por ano!

**O Orador:** — Bom! É claro que isso varia, mas no nosso caso seria pelo menos desde fins de Julho até meados de Outubro e, no fundo, é isso que se está a passar.

Porque é que o PSD aceita que o Ministro vá à Comissão de Economia, Finanças e Plano e não aceita a sua vinda à Comissão Permanente, que agora está «travestida» num pequeno Plenário? ... Por causa dos meios de comunicação social. Será porque não querem que os deputados da oposição apareçam na televisão a falar? Não é bem isso! ... Não é bem isso! ... O que não querem é que o Ministro seja criticado publicamente pela oposição política!

No fundo, foi a isto que VV. Ex.<sup>as</sup> prestaram homenagem, reconheço a vossa atitude como uma homenagem, e congratulo-me com isso!

VV. Ex.<sup>as</sup> querem é furtar o Ministro das Finanças e o Governo à crítica pública política ... Perfeito! Já percebi! Vai à Comissão de Economia, Finanças e Plano, porque não está lá presente a informação. Se lá estivesse presente a informação ou a comunicação social também não ia. Estou à vontade nisto e até não me importo nada que VV. Ex.<sup>as</sup> digam «o que você quer é falar para a televisão!» Na realidade, não me importo que digam isto!

Reconheço que o mais poderoso meio de comunicação com o público, para quem tem de exprimir críticas e ideias políticas, é hoje o meio áudio-visual. A imprensa escrita perdeu, nesse sentido, alguma importância, embora tenha alguma, pois os grandes meios da comunicação são a comunicação social e os meios áudio-visuais.

Ora, aparecer constantemente o Ministro na televisão a ler comunicados, notas, a dizer que foi elogiado em Berlim pelo governador do banco da Cochinchina, que foi elogiado na Indochina pelo governador do banco «não sei de onde» ... Isso não nos interessa! O País está é a sentir que lhe estão a ir ao bolso e quer ouvir os políticos a exprimirem-se, pois, caso contrário, diz: «Para que é que temos estas instituições se eles não exprimem o nosso sentimento, não exprimem as nossas críticas?»

Ora bem, muito obrigado, Srs. Deputados, a vossa homenagem foi efectivamente uma homenagem ...

*Risos do PSD.*

Não é exagero, não é exagero!

Os Srs. Deputados comparem a evolução dos preços, perguntam às vossas mulheres o que é que se passa. Elas dar-vos-ão notícias terríveis nesta matéria. Só lhes digo isto!

Bom, devo dizer que, se pagou imposto complementar como eu paguei, a notícia dou-lha eu!

*Risos.*

Porém, o que é que me oferece dúvidas na proposta do PCP? O que é fundamental e importante é também esta nossa relação correcta com o público, e não que a gente esteja aqui a exhibir-se para o público. Temos de acabar com esse mito, com esse respeito humano que temos. É importante a comunicação e temos de o reconhecer!

Além disso, por que é que acho realmente que há algo de criticável na proposta do PCP, apesar de reconhecer que aparece como último recurso? O Sr. Deputado Marques Júnior disse isso e bem.

É criticável que utilizemos a convocação extraordinária para exercícios que não têm efeitos práticos imediatos, a não ser o de, que é importante, exprimir a crítica em termos públicos. O público comprehende a convocação extraordinária imediata da Assembleia para esta tomar uma deliberação, uma deliberação urgente. Agora para fazer umas perguntas?! ... Desculpem, mas temos andado enredados num processo de fazer perguntas que retira eficácia às nossas próprias perguntas, porque quem, como eu, assistiu a perguntas ao Governo noutras países reconhece que a diferença é como o dia da noite se compararmos as perguntas que são feitas nos parlamentos francês ou inglês e as perguntas que fazemos em Portugal. Suponho que todos temos alguma culpa nisto. Temos todos! E temos de fazer um exame de consciência para transformar o instituto das perguntas num instituto verdadeiramente eficaz.

Ora, isto serve para dizer que o povo português não comprehenderia que houvesse realmente uma convocação extraordinária apenas para esse instituto das perguntas, embora esteja efectivamente a sentir os efeitos

negativíssimos da política económica e financeira e prenda — estou convencido disso — que os políticos exprimam essa questão.

Além disso, qualquer dia os Srs. Deputados do PSD vão ter também necessidade de exprimir essa questão, senão estão mal, porque o público deles também deve estar a sentir esses efeitos.

Por essa razão, oferece-me dúvidas votar a vossa iniciativa. Oferece-me dúvidas que se vá para a convocação extraordinária, muito embora comprehenda que se trate de um último recurso. E era o que eu dizia há pouco: «É mais escandaloso recusar a convocação extraordinária do que admitir a vinda do Sr. Ministro à Comissão Permanente», sendo certo que o último dos últimos recursos — e a oposição está encostada à parede — traduz-se no requerimento que apresentei, ou seja, o de ir à Comissão de Economia, Finanças e Plano. Mas isso não tem a mesma eficácia, porque aqueles senhores que estão além na bancada da imprensa, que são intermediários fundamentais com a opinião pública — e é disso que estamos a falar — só podem estar no fundo das escadas a perguntar: «Então, o que é que se passou? Diga lá o que é que se passou na Comissão?» Isso é já intermediação a mais!

Portanto, era mais positivo que fosse aqui, aos olhos do País, que o Ministro viesse responder a questões que são, sem dúvida nenhuma, candentes para o País. Mas, não sendo isso possível, vamos então para a Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Congratulo-me também com a vossa deliberação no sentido de não se oporem à sua discussão hoje, mas oferece-me dúvidas quanto à convocação extraordinária. Desta forma, votarei — digo-o já — em conformidade com os Srs. Deputados do PCP.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, estão inscritos para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Soares Costa e Marques Júnior.

Quero também lembrar que faltam nove minutos para encerrarmos esta reunião.

**O Sr. Marques Júnior (PRD):** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

**O Sr. Marques Júnior (PRD):** — Sr. Presidente, uma vez que está previsto no Regimento da Comissão Permanente que o termo da reunião deverá ser às 18 horas, quero apresentar, ao abrigo do artigo 88.º, n.º 1, do Regimento, um requerimento oral no sentido de podemos deliberar o prolongamento dos trabalhos até à conclusão da ordem do dia.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está em discussão a proposta feita pelo Sr. Deputado Marques Júnior.

Esta proposta de prolongamento dos trabalhos inclui, pois, a votação dos projectos de deliberação que se encontram na Mesa.

*Pausa.*

Uma vez que não se verifica qualquer objecção, vamos dar continuidade aos trabalhos.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Soares Costa.

**O Sr. Soares Costa (PSD):** — Sr. Deputado Nogueira de Brito, gostaria de lhe devolver o elogio de fundo que acabou de fazer ao Grupo Parlamentar do PSD, porque na realidade a proposta que V. Ex.<sup>a</sup> entregou na Mesa vem também no sentido daquilo que pretendíamos, isto é, de ver desbloqueada aqui uma situação que, de modo nenhum, teríamos interesse que se arrastasse.

Por consequência, V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dar também à Câmara um elevado contributo para que a eficácia dos nossos trabalhos possa ser aquela que todos desejamos.

Porém, não quero deixar de lhe fazer uma pergunta muito simples porque, se bem me recordo, o Sr. Deputado Nogueira de Brito não terá estado aqui na última sessão da Comissão Permanente e certamente não ouviu — e por isso lhe pergunto se ouviu — um comentário que foi feito aqui, há uma semana, pelo Sr. Deputado Eduardo Pereira, quando ele disse que o facto de o Sr. Ministro das Finanças vir à Assembleia da República é sempre uma oportunidade que esta lhe dá de fazer «brilharetas».

**O Sr. Eduardo Pereira (PS):** — Eu não disse isso!

**O Orador:** — A verdade é que a frase e as palavras andaram no ar e eu ouvi-as bem. Mas, na realidade, não é disso que se trata!

Nós não estamos empenhados em criar ou deixar de criar condições para que o Sr. Ministro faça ou não brilharetas. Não é essa a questão. O que entendemos é que, técnica e eficazmente, é muito mais produtivo e correcto que as perguntas ao Sr. Ministro sejam feitas em sede de comissão especializada sobre esta matéria. É este o fundo da questão e aquilo que queremos deixar aqui expresso de uma forma muito clara.

Devo também dizer que nos congratulamos pelo facto de o Sr. Deputado Nogueira de Brito, na realidade, ter entendido bem qual o nosso objectivo.

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

**O Sr. Nogueira de Brito (CDS):** — Sr. Deputado Soares Costa, agradeço-lhe muito as suas palavras, mas entendo que seria mais eficaz, neste momento, fazer uma sessão pública de crítica política ao Governo pela oposição e de defesa, se assim se entendesse, por parte da maioria, em relação ao desenvolvimento da política económico-financeira.

De qualquer maneira, entendo que a presença do Sr. Ministro das Finanças é importante e vou já dizer por que razão. Desejo que o Sr. Ministro das Finanças me esclareça sobre se vai ou não cumprir o acordo de concertação social. Quero fazer-lhe esta pergunta, nem que seja num corredor! Portanto, a pergunta que lhe quero fazer é a seguinte: o Sr. Ministro vai cumprir o acordo de concertação social, isto é, vai aumentar as remunerações dos funcionários públicos?

O Sr. Ministro vai tirar daí as conclusões necessárias, em termos de política orçamental? Como é que vai fazer? Ou o Sr. Ministro vai exigir, apenas, que esse acordo seja cumprido pelos outros parceiros, e não pelo Governo? Como é que se vão passar as coisas? E só isto que lhe quero perguntar!

Para mim esta questão é fundamental, portanto quero colocá-la, e não me importo que o Sr. Ministro faça ou não brilharetas com a sua inteligência matemática. Não estou nada preocupado com isto, antes pelo contrário até me congratulo muito que ele faça muitos brilharetas! Eu não tenho esse problema! Não me movem razões pessoais contra ninguém — esteja descansado, Sr. Deputado Soares Costa —, e, portanto, se ele fizer um brilharete e se este corresponder a um engano nosso, ainda bem, pois, se estivermos enganados, é porque afinal o País não está a sofrer tão grandes prejuízos, mas suponho que não é assim.

Sr. Deputado Soares Costa, apresentei este projecto de deliberação porque é o último recurso, e eu não quero perder esta oportunidade face à atitude que os senhores já declararam.

No entanto, devo dizer que preferia uma sessão pública e, por isso, preferiria que a presença do Sr. Ministro das Finanças tivesse lugar na Comissão Permanente, no entanto já não me parece correcto que o Plenário seja convocado extraordinariamente para este efeito.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, consideramos encerrado o debate sobre o projecto de deliberação do PCP visando a convocação urgente do Plenário. Vamos votar.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, votos a favor do PS, do PCP e do PRD e a abstenção do CDS.*

Srs. Deputados, como as diferentes bancadas já se manifestaram favoráveis em relação a que hoje se faça a votação dos projectos de deliberação apresentados pelo CDS e pelo PCP, penso que podemos, de imediato, passar à sua votação. Suponho que o PCP, que também apresentou um projecto de deliberação com o mesmo conteúdo, estará de acordo em que seja votado o do CDS, uma vez que deu entrada na Mesa em primeiro lugar. Estes projectos vão no sentido de que o Sr. Ministro das Finanças venha prestar esclarecimentos à Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Srs. Deputados, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.*

Srs. Deputados, a próxima reunião da Comissão Permanente terá lugar na próxima quinta-feira, dia 6 de Outubro, pelas 15 horas.

Está encerrada a reunião.

*Eram 18 horas.*

O REDACTOR, José Diogo.

# DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

## AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 4\$50; preço por linha de anúncio, 93\$.

2 — Para os novos assinantes do *Didrio da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

---

**PREÇO DESTE NÚMERO 117\$00**

---

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1092 Lisboa Codex